



**SENADO FEDERAL
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DO SALÁRIO MÍNIMO**

5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DO SALÁRIO MÍNIMO, CRIADA ATRAVÉS DO ATO CONJUNTO NÚMERO 03/2005, DO CONGRESSO NACIONAL, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO A APRESENTAR SUGESTÕES PARA A POLÍTICA DE SALÁRIO MÍNIMO PARA O PAÍS, REALIZADA NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2006 ÀS 10 HORAS E 04 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião da Comissão Mista, criada pelo Ato Conjunto número três, de 2005, destinada a efetuar estudos visando a apresentar sugestões para a política de reajuste de salário mínimo para o país. Esclareço que a pauta desta reunião se destina a ouvir as Centrais Sindicais. Aqui, presente, já o senhor Canindé Pegado, Secretário-Geral da CGT, Confederação Geral dos Trabalhadores; o senhor Antônio Fernandes dos Santos Neto, Presidente da CGTB, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil e o senhor João Felício, Presidente da CUT, a Central Única dos Trabalhadores. As atas das reuniões anteriores encontram-se sobre a Mesa, as quais coloco em votação, propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada. Informo que as centrais serão chamadas obedecendo ao critério de chegada. Eu quero, nesse momento, aqui, nesse início de audiência, ouvindo as Centrais Sindicais, informar, aqui, ao nosso relator e ao nosso Vice-Presidente, Walter Barelli, que ontem conversava com o Deputado Carlito Merss, Relator-Geral do Orçamento da União, a respeito da questão também dos servidores públicos federais. E o Deputado constatava conosco a necessidade de uma política de reajuste para a questão do servidor público federal; salários defasados desde a época, justiça se faça, do Governo passado. E é preciso que, agora, se recomponha parte dessas perdas salariais. Dentro do orçamento da União, estão previstos recursos da ordem de um bilhão e meio de reais que não são suficientes para atender à demanda de uma política de recomposição do salário dos servidores públicos do nosso país, apesar de reconhecermos que algumas categorias já tiveram essa recomposição. A nossa Comissão é específica para discutir uma política permanente de salário mínimo para o país. Mas, é evidente que, dentro desta Comissão, nós vamos dedicar um capítulo especial à questão dos aposentados, dos pensionistas e também vamos dar a nossa contribuição, no sentido de contribuir para a recomposição do salário dos servidores públicos federais, que hoje têm uma defasagem salarial mais ou menos na casa dos 30%, a sua recomposição necessária. Então, eu quero, com essas observações, dizer do objetivo da nossa Comissão, mas, ao mesmo tempo, dizer também das nossas preocupações com a política de salário desse país, levando em conta também os interesses dos aposentados, dos pensionistas, dos servidores públicos federais, por entender que esta Comissão prestará, sem dúvida alguma, um grande serviço ao país na discussão de uma proposta permanente de salário mínimo porque entendemos que o salário mínimo é, sem dúvida alguma, a melhor forma de se fazer distribuição de renda para o nosso país. Com a palavra, o nosso Vice-Presidente, Deputado Walter Barelli.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Queria saudar o nosso Presidente, Deputado Jackson Barreto, Senador Paim, que é Relator dessa Comissão e saudar os Deputados aqui presentes para esta primeira audiência pública. Esta audiência pública feita com as Centrais Sindicais inaugura uma peregrinação que essa Comissão Mista pretende fazer pelo Brasil para colher sugestões referentes ao salário mínimo no tempo. Todos nós sabemos, principalmente os dirigentes sindicais, que eu saúdo todos pela sua militância, pela sua, pela importância que estão dando a essa Comissão e a esse grande projeto nacional finalmente conquistado, de se buscar a valorização do salário mínimo. Todos nós sabemos que o salário mínimo já foi muito maior do que o que está aqui; tanto Getúlio como Juscelino Kubitschek decretaram salários mínimos que deixam o que nós estamos tendo como salário mínimo muito

alguém do que o Brasil já pagou como remuneração mínima. Nós sabemos que o salário mínimo atual é, e o próximo que já foi negociado pelo Ministério do Trabalho com as Centrais Sindicais, ainda está distante das necessidades, daí essa Comissão. Ela pretende que todas aquelas perdas do passado e todas as transformações por que passou a sociedade brasileira levem à incorporação do novo salário mínimo. Nós sabemos que, para se pagar um salário mínimo digno à nossa população, nós precisamos também de uma economia saudável, de uma Política Social abrangente, mas, muitas coisas aconteceram desde 40 até agora, no referente ao salário mínimo. Então, nesta audiência pública, nós gostaríamos de saber o que cada central pensa do prazo para se recuperar o salário mínimo. Nós temos uma data sugestiva, que são as metas do milênio, que o Brasil assinou e outros países também se incorporam nessa grande tarefa, e uma dessas metas é a redução para a metade da pobreza no mundo. Então, certamente, o salário mínimo é importante para que o mundo chegue a essa meta, aí, que o Brasil não chegue atrasado em 2015. Mas, dependendo das nossas ambições, das ambições dos trabalhadores, que vão definir qual o verdadeiro salário mínimo que deve ser praticado pelos Governos que ainda hão de vir, dando um pano de fundo que os futuros parlamentares sejam obrigados, pelo menos, a consultar, para o estabelecimento de novos valores do salário mínimo no tempo. Então, é importante, hoje, a gente ter, da parte dos senhores Presidentes e representantes das Centrais Sindicais, a idéia de qual o salário mínimo, qual o período para se recuperar esse salário mínimo, condições que devem cumprir este salário mínimo. Todos nós sabemos que o salário mínimo primeiro foi precedido de um grande inquérito nacional, feito por Josué de Castro, definindo a Cesta Básica, que até hoje o DIEESE calcula, porque ainda está em vigor, mas ela se refere a um estágio da ciência da nutrição e da década de 30; o Decreto é de 38. Então, o Estado Novo pensava o salário mínimo com seriedade. Então, a idéia é verificar para o que o salário mínimo vai ser feito, a quem ele deve atender, o seu valor, o período que nós vamos chegar lá e implicações. O nosso Presidente já falou a questão dos nossos aposentados. É mínimo só para os trabalhadores da ativa? Nós acreditamos que a Constituição estabelece o que é piso para Presidência, mas não é a audiência específica com os aposentados, também serão ouvidos, mas a nossa idéia é que todos os aposentados tenham também progressão nos seus vencimentos, não ficando marcando passo, de tal maneira, que o que está acontecendo hoje? A diminuição da pirâmide não se dá, ainda, na sociedade brasileira. É só compulsarmos os jornais de domingo e muitos deles trazem os salários pagos para funções no mercado de trabalho; salários de 10, 20 mil reais, mas salários normais. Não é um salário de um grande artista, de um grande atleta futebolista. Não. Salários que as empresas estão pagando. Isso abre um leque salarial e faz que o Brasil, injusto, tenha uma base salarial muito pequena e um teto a se perder de vista. As sociedades democratas são sociedades em que esse leque salarial é menor. Portanto, esses são dados importantes para a nossa conversa, no dia de hoje, e durante todo o período de funcionamento da Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Dando os nossos votos de boas-vindas às Centrais Sindicais aqui presentes, eu passo a palavra ao nosso Relator, Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De forma bem rápida, porque o Relator normalmente fala no final, não é? Mas eu fiz questão de pedir a palavra, só para cumprimentá-los. Primeiro, de coração e com muito carinho, agradecer, aqui, a todas as Centrais Sindicais. Todas as Centrais Sindicais convidadas e não convocadas, de pronto, responderam a esta Comissão que estariam aqui no dia de hoje. Eu sei que muitos, inclusive, suspenderam as suas agendas. E, na minha fala, eu queria agradecer, então, à CGT, Confederação Geral dos Trabalhadores; à CGTB, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil; à nova Central Sindical dos Trabalhadores, Central Autônoma dos Trabalhadores, que também vai atrasar um pouquinho, mas vai estar aqui; à Coordenação Confederativa de todas as chamadas confederações, que também está presente, já; à Força Sindical que também, em seguida, estará aqui; à nossa, também, central, a Central Única dos Trabalhadores; ao representante da SDS e, ainda, à União Nacional Sindical. Declaro, quero apenas registrar a importância desse encontro. Para mim, é um momento histórico. É a primeira vez na história do parlamento brasileiro que você trabalha com uma Comissão Mista. E olha que foi disputado; não pensem vocês que

foi fácil. Pode ser que alguns que estão aqui, nesse momento, não estão vendo, aqui, o número que gostariam de ver, de Senadores e Deputados, mas foi disputado, em cada partido, o nome de Deputados e Senadores que queriam vir para essa Comissão. Então, mostra a importância dela. Mas eu queria, de pronto, fazer também, aqui um agradecimento especial ao Deputado Tarcísio Zimmermann, que esteve presente em todas as reuniões, ao deputado Cláudio Horato, que esteve presente em todas as reuniões e, naturalmente, não precisaria também, mas faço o registro, do nosso Presidente, pelo trabalho que está fazendo, Jackson Barreto e o nosso Barelli, que é o Vice-Presidente. E faço também esse destaque porque, na hora da disputa da Comissão, é uma disputa dentro de cada partido e alguns botam o nome e depois não vêm. Então, eu, como Relator, tomo essa liberdade, de dizer: "Puxa, quem botou o nome tem que estar presente", não é? Nós, que viemos do Movimento Sindical, sabemos e temos essa liberdade. Não dá, tem gente que botou o nome, é a 5ª reunião, e nunca apareceu e brigou para estar nessa Comissão. Então, não bote o nome na Comissão, seja Senador, seja Deputado. Então, democraticamente, eu gostaria de que todos os Senadores e Deputados que se inscreveram, seria muito bom, que aqui estivessem para esse debate. Como o Relator fala no final, eu vou, em seguida, passar a palavra para o Presidente. Dizer que eu estou muito empolgado. Essa Comissão, para mim, de muito bom que tem, meus companheiros do Movimento Sindical, Deputados e Senadores, que nós estamos preocupados em construir uma política definitiva para o salário mínimo e também com os olhos na situação dos aposentados e pensionistas. Essa reunião, hoje, é com os líderes dos trabalhadores; a próxima é com os empresários e a outra é com o representante de aposentados e pensionistas de todo o país, que também estarão aqui. Esse é o nosso objetivo. Eu acho que é possível. Não é só ficar discutindo se é 350, 340, ou 360, até porque, esse ano, eu acho, pelo trabalho que os senhores fizeram, das Centrais Sindicais, está muito bem encaminhado. O que nós temos que sair daqui é, na verdade, com uma proposta definitiva para que, doravante, nós não tenhamos que, todo ano, discutir o valor do salário mínimo. Bom, só com essa preliminar, é mais um cumprimento a vocês, eu passo a palavra, então, ao nosso Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senhor Presidente, Presidente Jackson. Presidente Jackson. (15'27"do áudio)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria pedir só um minutinho, por gentileza, para uma informação...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Até pela sua assiduidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom, primeiro, eu queria registrar que, talvez, hoje eu não possa permanecer toda a reunião, porque nós temos, nós temos em discussão, na Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei de Portos, que eu tenho participação. E que, hoje, tem uma audiência pública às 11 horas, que também debate, foi marcada ontem à noite, e que, também, debate um tema que é importante, do ponto de vista do desenvolvimento nacional. Mas, eu queria aproveitar, aqui, a presença das Centrais Sindicais e cumprimentar o Senador Paim e V.Exa., à Mesa dessa Comissão, por terem convidado, primeiro, as centrais às audiências em que nós estaremos ouvindo, efetivamente, a sociedade, para só chamar a atenção para um tema que me preocupa muito: Nós estamos em vias, e até conversei, há pouco, com o Senador Paim, em vias de votar, na Câmara dos Deputados, a Lei-Geral das Micro e Pequenas Empresas e nós corremos o risco de ter aprovado, nesta lei, um conjunto de dispositivos que eu diria que reduzem muito os direitos trabalhistas dos trabalhadores das micro e pequenas empresas. Então, eu queria convidar as centrais aqui, chamar a atenção das centrais para que, no papel que sempre têm cumprido nas causas progressistas desse país, também nos ajudem no debate desta lei, para que nós não tenhamos consignados retrocessos, seja do ponto de vista do fundo de garantia, seja do ponto de vista das garantias processuais nas ações trabalhistas, seja nas situações de falências, que são temas importantes que estão em pauta na lei-geral de Micro e Pequenas Empresas, que deve ir à votação, em seguida. Então, eu queria fazer este apelo, aqui, às centrais, que nos ajudem neste debate que está se finalizando na Câmara dos Deputados e onde nós

precisamos muito do concurso, também, propositivo, positivo, atuante, das Centrais Sindicais. Era isso, senhor Presidente. Obrigado por esta oportunidade.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Presidente, se me permitir, eu estou vendo que, pelo número de sindicalistas aqui presentes, há espaço aqui na frente. Então, vou dar toda a liberdade aos líderes dos trabalhadores, podem sentar na primeira ou na segunda fileira, onde ficam, normalmente, os Deputados. Aqui, os senhores têm o mesmo peso de qualquer Deputado e Senador. Então, fiquem com toda a liberdade de ocupar a primeira e a segunda fileira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Bem, registrando, aqui, a presença também do nosso Paulinho, o Paulo Pereira da Silva, da Força Sindical e o nosso companheiro de velhas jornadas, o nosso Alemão, Enilson Simões, da Social Democracia Sindical. Registrar também a presença de Erledes Elias da Silveira, da Central Autônoma de Trabalhadores. Ele é Diretor de educação. Bem, iniciamos nossos debates. Eu quero convidar para os companheiros que chegaram agora, das Centrais Sindicais; o critério que nós estabelecemos será por ordem de chegada. Então, nesse momento, convidamos para fazer parte, aqui, da Mesa, para fazer sua exposição, o companheiro Canindé Pegado, da Confederação Geral, aliás, o senhor Antônio Fernando dos Santos Neto, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil. Em seguida, será o Canindé Pegado. Convidamos para a Mesa. Cada central terá 15 minutos para fazer sua exposição e, depois, então, abriremos, aqui, o debate com todas as centrais. Esquerda ou direita, a vontade é do senhor [risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Depende à esquerda de quem...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): O próximo é o Canindé Pegado. É, o Canindé pode fazer parte da Mesa.

SR. ANTÔNIO FERNANDO DOS SANTOS: Obrigado, Presidente. Quero saudar o Presidente Jackson Barreto, um velho companheiro de grandes batalhas e lutas. Nosso companheiro Walter Barelli, ex-Ministro, Secretário do Trabalho de São Paulo e membro histórico do Movimento Sindical porque foi o nosso Diretor do Instituto, que é o DIEESE, que é o nosso órgão econômico de assessoria aos sindicatos. Companheiro e Senador Paulo Paim que, neste assunto, tem uma trajetória bastante marcante. E parabenizar a todos os demais companheiros e Deputados que fazem parte aqui da Comissão. Agradecer o convite porque é um assunto que, já há um tempo, nós defendíamos, juntos, a necessidade de se criar uma legislação em que pudéssemos perenizar a questão da recuperação do salário mínimo. Saudar também os companheiros das centrais co-irmãs, que também, juntos, temos feito, aí, algumas batalhas, no sentido de garantir para esse salário mínimo uma recuperação progressiva. Esse projeto, na verdade, é um projeto que tem sido ansiado por nós das Centrais Sindicais, visando à necessidade de que tenhamos, efetivamente, uma política de Estado acerca do salário mínimo. Eu tenho procurado dizer que no tempo do Estado Novo, como bem lembrou o Barelli, salário mínimo, política, a questão do trabalho, o trabalhador, eram uma questão do Estado; antes disso, eram uma questão de polícia. Depois disso, foi instrumento de opressão aos trabalhadores, ou seja, o Ministério do Trabalho era para intervir. É para deixar com que o Movimento Sindical estivesse atrelado, de maneira a impedir o seu trabalho. E volta novamente, depois de passar por um período, um hiato neo-liberal nesse país, em que também o Ministério do Trabalho e essas questões sociais eram questões pura e simplesmente apêndice da área econômica, ou seja, nunca opinava, não poderia opinar. Quem decidia era, lá, o Ministério da Fazenda, todos os seus burocratas. E, finalmente, volta novamente no Governo do Presidente Lula, volta a ser com política de Estado, ou seja, a necessidade de se ter o Ministério do Trabalho e ter também a questão social como a questão de Estado e discutida dessa maneira, uma proposta em que nós tenhamos uma recuperação plena do salário mínimo, colocá-la aos níveis necessários à sobrevivência da classe operária e, acima de tudo, como fazê-la, que é como creio, a ânsia de todos nós, ao longo de muitas lutas aqui dentro. E não meramente no mês de abril, março ou dezembro de cada ano, uma queda de braço, se vai ser valor A ou B, dependendo de como digam os burocratas da Secretaria da Fazenda. Toda a vida nós ouvimos alegações contra recuperação do salário mínimo baseadas, basicamente, em duas grandes vertentes. A primeira é que ele era inócuo

como redistribuição de renda e a segunda, é que ele é... A questão da Previdência e das pequenas prefeituras. Vira e mexe, isso vem à baila. "Não, se aumentar o salário mínimo, quebra a previdência; se aumentar, quebram as prefeituras". Não é verdade que você, efetivamente, faça do salário mínimo um instrumento de distribuição de renda. Então, nós, na Central Geral dos Trabalhadores, fizemos um estudo sobre isso. Nós até entregamos à Comissão um livrinho preparado por um economista que assessora a nossa Central, que se chama Nilson Araújo de Souza, que foi Presidente, inclusive, do Instituto Dante Pelacani, que assessora a Central, e que fizemos uma grande análise sobre a questão do salário mínimo, seus impactos, seus reflexos e algumas conclusões nós chegamos aí dentro: A primeira, falando sobre a questão da redistribuição de renda, é para desmoralizar qualquer cidadão-- Prazer em vê-lo, Deputado. --44,7% da população ocupada no Brasil, recebe até um salário mínimo e meio. Com esse dado, já desmonta qualquer teoria de que salário mínimo não é distribuidor de renda. Eu tive acesso a uns dados da ANFIP, há pouco tempo atrás, que o peso do salário dos aposentados dos municípios do Brasil era maior do que o fundo de participação dos municípios e na grande maioria. E, aí, tem gente que vem dizer que não tem essa questão da redistribuição como indutor do desenvolvimento, indutor do progresso. E a segunda, de previdência, aí, é de deixar nós, especialmente nós, Centrais Sindicais, trabalhadores, bem mais nervosos porque é só pegar os dados tirados lá do CIAF. Porque salário, a Previdência, ela não é meramente aquilo que os burocratas e os tecnocratas, aí, da Fazenda diziam que é o que eu arrecadei de contribuição previdenciária *versus* o que eu paguei de contribuição previdenciária, ou de salários da Previdência. Se fosse só isso, obviamente, você poderia até achar que ela poderia ser deficitária. Mas se, colocando sempre na questão do "se", o Estado tivesse uma política realmente de cobrança efetiva das dívidas da Previdência, ou não tivesse transformado a Previdência num grande, numa grande imobiliária, como ocorreu ao longo da sua vida, provavelmente, nós não teríamos esse déficit todo no dinheiro dos trabalhadores. Alguns chegam a brincar, Deputados e Senadores, o seguinte: "Se fizer uma auditoria da dívida para com o INSS, Previdência, vai ver que, por exemplo, o financiamento da ponte Rio-Niterói, o financiamento da Transamazônica, saiu tudo de dinheiro da Previdência e não volta". E aí, criaram essa, acho que foi no final do Governo Fernando Henrique, em 98, essa conceituação, eu acho que foi a Emenda 20, de que é só olhar a Previdência com o que eu tenho de arrecadação *versus* o que eu pago. E esquece o que diz o artigo da Constituição, na questão da Seguridade Social. E aí, quando eu olho a Seguridade Social, aí, é para deixarmos todos de cabelo em pé e totalmente não acreditando que as pessoas possam ser tão irresponsáveis com esses dados. Pasmem todos que, em 2004, eu vou pegar o último ano, a Seguridade Social teve um superávit de 51 bilhões. Não são dados da Central Geral dos Trabalhadores; são dados do CIAF. Pode pegar, tem uma tabelinha que nós, inclusive, colocamos no material, que, desde 95, o saldo era de 1.2 bilhão. Ele sai de 1.2 bilhão de superávit para 51 bilhões de superávit. E isso, com tudo isso que "nêgo" está dizendo que pagou. Pagou saúde, pagou Previdência, pagou LOAS, pagou todas essas coisas e tem esse superávit. Para que é que foi esse superávit? Para onde foi transferido esse dinheiro que, na verdade, era para sustentar, efetivamente, a saúde, a previdência? Foi para superávit primário. Foi para pagar o impagável: O juro extorsivo. Então, nesse sentido, eu acho que não há argumentos para isso. Não há. Se quiséssemos, poderíamos colocar, como tem lá nos Estados Unidos, hoje, um salário mínimo de 5,15 salário/hora e vi empresas grandes irem ao Congresso Nacional fazer *lobby* para aumentar o valor do salário mínimo porque o poder de compra do americano estava baixo. Cinco dólares ponto 15 a hora; isso dá um salário de mais de mil e duzentos dólares/mês. Mil e duzentos dólares, hoje, a 2,50, você já viu o que seria um salário mínimo equivalente no Brasil. E, aí, vêm alguns, Deputado Tarcízio, dizer que o custo da mão-de-obra, no Brasil, é caro. Se eu dobrar, que não é verdade, tem um grande professor da USP, que é exímio em dizer que o custo da mão-de-obra, no Brasil, equivale a 100% do valor do salário do indivíduo, o que é uma mentira deslavada, e o economista Márcio Pochmann já fez um trabalho excelente, desmistificando essa história de que se eu dobrar isso, ainda assim, a mão-de-obra do Brasil chega, dependendo da função do trabalhador, 20 vezes menor do que o equivalente na Europa, nos Estados Unidos e, ainda assim, eles dizem que, com isso, não podem concorrer internacionalmente. Então, eu acho que desmascarar, e esta Comissão vai ter um

trabalho muito importante, que todos esses argumentos falaciosos, mentirosos, enganosos, desaparecerão. E, aí, vai aparecer a verdade. Esta verdade, aqui, da Seguridade Social é ímpar, é incontestável. Um superávit de 51 bilhões. Se eu dobrasse o salário mínimo na própria Previdência, ainda assim, nós teríamos superávit na Previdência. Se eu incorporar os funcionários públicos dentro da Seguridade Social, lá, também vai ter superávit. É inacreditável! Porque foi feito de tal maneira e, nesse ponto, alguns aqui o foram, legisladores de 88, o fizeram com grande sapiência, pensaram em como financiar a Seguridade Social. O que a gente não conseguiu é fazer com que Governos, esses Governos que se apropriam do dinheiro da Seguridade Social, ao invés, devolvê-lo, cada vez mais, investimentos em saúde, investimentos no salário porque o salário é desenvolvimento, ele volta como imposto. Quanto melhor eu pagar, mais consumo ou, nós acreditamos aqui, que se der um salário, aí, de quatrocentos, R\$500,00 por mês, inicialmente, os trabalhadores vão fazer o quê? Vão investir na bolsa? Eles vão é comprar comida, vão comprar roupa, comprar sapatos, que é o que está lhe faltando. Então, essas duas grandes falácias estão descaracterizadas, quer dizer, eu estou falando, aqui, para pessoas que têm história e que sabem que o que nós estamos falando é verdade. Esta Comissão tem um trabalho fantástico. Ela vai, na verdade, estruturar a história da nossa luta da vida. Quando eu olho o Paim, quer dizer, construiu sua vida, sua luta, uma das principais discussões é isso; Barelli, enquanto homem do DIEESE, foi o homem que destruiu a economia, destruiu é forte, hein? Mas é verdade, foi grande o momento em que o DIEESE disse para o mundo: A ditadura está roubando o índice dos trabalhadores. Nós temos figuras assim, está aqui Alceu Collares, nós temos pessoas aqui que podem dar essa substância para esse projeto de recuperação. Então, vamos às nossas propostas, o que a Central Geral dos Trabalhadores traz como proposta? Primeiro tem que fazer a reposição das perdas. Então, obviamente, podemos até admitir que isso não seja de imediato, de uma vez só, está bom, num prazo aí de cinco, 10 anos, perfeitamente viável para nós. Não há problema nenhum. Segundo, neste primeiro momento, não sei do segundo, mas, num primeiro momento, com certeza, poderia ser feita a desoneração da tributação do INSS para o assalariado de salário mínimo. Significa 8% de aumento real e imediato. Porque se eu ganho 350 reais por mês com o salário mínimo e recebo descontado o INSS disso, me descontam 8%; se eu aposentar amanhã, eu vou receber os 350 cheios. Então, tire isso, nós fizemos um cálculo disso também. Isso é 0,2% da arrecadação da Previdência na questão do salário mínimo. São 180 milhões. A previdência arrecadou 98 bilhões, 180 milhões seriam o gasto para cobrir isso, quer dizer, a própria seguridade podia cobrir isso e você desoneraria o salário mínimo da contribuição do trabalhador. Nós colocamos também a questão do PLR, participação nos lucros e resultados das empresas, incentivos fiscais para as empresas que possam dar, usar a figura da participação no lucro e nos resultados para trabalhadores de salário mínimo. E também colocamos um adendo, que seria a continuada desoneração, a continuada desoneração dos produtos de Cesta Básica, dos que atingem, "de cara" esses trabalhadores, seja a Cesta Básica alimentar, seja a Cesta Básica de investimento, seja também de construção civil. Com isso, já vêm sendo feitas algumas coisas, mas, acelerar ainda mais isso faria com que pudesse atenuar ainda mais essa possibilidade para os trabalhadores. Essas são as propostas, esperando que a gente possa construir juntos, aqui dentro desta Casa, com esta Comissão Mista, um projeto que, no mais curto espaço de tempo, nós possamos ter recuperado o salário mínimo, colocá-lo num patamar digno para que toda a sociedade brasileira possa disputar e usufruir desse, dessa riqueza que o Brasil tem, que ele dispõe. Muito obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Britânico, não é? [Risos] Nós queremos fazer aqui um registro também da presença do senhor José Calixto Ramos, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores. E, nesse momento, vou passar a palavra ao senhor Canindé Pegado, Secretário Geral da CGT, Confederação Geral dos Trabalhadores. V. Sa. tem a palavra. Deputado Alceu Collares [soa a campainha], V. Exa. é uma presença que honra esta Casa, este Congresso.

DEPUTADO ALCEU COLARES (PDT-RS): Muito obrigado.

SR. CANINDÉ PEGADO: Bom dia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. CANINDÉ PEGADO: Deputado Jackson Barreto, Senador Paulo Paim, Deputado Walter Barelli, demais parlamentares, companheiros sindicalistas. Eu venho aqui em nome do companheiro Salim, Presidente da CGT, justamente atendendo, aqui, a esse chamamento importante desta Comissão para poder colocar também o posicionamento da nossa central a respeito da recuperação do salário mínimo neste país. A CGT entende que essa variável do salário mínimo, ela deve ser tratada como uma variável macro-econômica, que é significativa para a sociedade brasileira, pelos efeitos econômicos e sociais que o salário mínimo traz para a sociedade e também em função da sua abrangência, tanto para os trabalhadores ativos, quanto para os aposentados e pensionistas desse país. O importante, que eu vejo neste encontro, aqui, é justamente a gente tentar deixar uma contribuição relacionada aos fundamentos do salário mínimo, ou seja, à conceituação do salário mínimo e evitar, justamente, que se trate o salário mínimo, como muitas vezes, depois das nossas lutas, a imprensa diz que é um salário mínimo político, é um salário mínimo conseguido sem nenhum tipo de fundamento, sem nenhum tipo de proposta que seja baseada em pesquisa efetiva. É apenas um salário mínimo conseguido na base do efeito político, ou seja, aquilo que o Governo tem que dar, ou acha que deve dar, para ter, justamente, um retorno político diante da massa. Então, justamente para desmistificar essa situação, a CGT entende o seguinte: Que para discutir o salário mínimo, nós deveremos discutir, Paulo Paim, antes do pré-orçamento da União. Não adianta estar discutindo salário mínimo depois do orçamento fechado. Quer dizer, as Centrais Sindicais, eu tenho certeza que, nesses três anos de grande mobilização que nós fizemos na base da unidade de ação, quando fomos fazer as nossas carreatas, passeatas, marchas etc, somente no mês de dezembro, já era tarde, já era tarde. A gente tem que fazer isso aí justamente por volta do mês de agosto, quando a peça orçamentária está começando a ser fechada, está começando a ser enviada para o Ministério do Planejamento e Orçamento. Isto para dizer o seguinte: que começa a discutir em agosto, só vai prevalecer o salário mínimo, só vai ter realmente esse reajuste no bolso do trabalhador, só em abril do ano que vem, quer dizer, quase um ano depois. É muito tempo. Por isso, a importância de nós trazermos, no tempo, o salário mínimo para o reajuste ocorrer no mês de janeiro de cada ano e isto é uma luta que eu tenho convicção de que, depois desse trabalho todo de negociação feito entre as Centrais Sindicais e o Governo, é possível conseguirmos essa antecipação, já iniciando, inclusive, no ano de 2006, trazendo para o mês de abril. Essa é uma premissa, justamente, discutir, dentro da peça orçamentária, antes da peça orçamentária e não depois dela fechada. Uma segunda premissa é levar em conta outros itens de necessidade vital dos aposentados e do trabalhador do salário mínimo, Walter Barelli. Nós temos convicção também de que, para tirar essa marca de que é um salário mínimo político, alguns produtos, alguns itens vitais do trabalhador que sobrevive do salário mínimo, eles têm que ser levados em consideração dentro de uma pesquisa arrojada, bem feita e servir justamente de base para que essa correção ocorra. Então, se o salário mínimo de hoje, se o trabalhador do salário mínimo, ele, para sobreviver de forma vital, de maneira vital, conforme apregoa a Constituição Federal, se fala naqueles itens todos de sobrevivência do trabalhador do salário mínimo, que hoje, para ter essa sobrevivência, o salário mínimo, segundo o DIEESE deveria estar alcançando um patamar de R\$1.500,00. Nós sabemos que essa recuperação deve se dar no tempo, 10 anos, alguma coisa dessa natureza, é possível, mas alguns pontos especiais, que são fundamentais para esse trabalhador, devem ser levados em consideração. Por exemplo, a avaliação da Cesta Básica de alimentos, que a Cesta Básica de alimentos, quando diz que o salário mínimo hoje pode adquirir 1,39 Cesta Básica, é uma Cesta Básica, senhores Deputados, de 12 itens, apenas de 12 itens. Isto não significa absolutamente nada. Então, a variação da Cesta Básica de um ano para outro é um ponto que deve ser levado em consideração para fazer também a correção do salário mínimo no ano subsequente. A variação da cesta de medicamentos, a cesta de remédios, esse que o aposentado, o pensionista, principalmente, essa turma mais antiga, mais idosa, esses que gastam mais da metade, praticamente, do seu salário mínimo na aquisição de remédios. E isso não é levado em consideração, essa variação. É um item que deve compor também essa pesquisa para fazer com que o salário mínimo realmente tenha a sua correção baseada em dados, em fatos concretos e reais. Cesta Básica de produtos de higiene... São estas três cestas básicas que nós entendemos que devem ser levadas em consideração quando se discutir

salário mínimo para ver a sua variação, porque a correção do salário mínimo de um ano para outro, nós já temos a pesquisa e a convicção certa de que, por essa correção do salário mínimo, ela é bem menor do que, pelo menos, esses três itens básicos que o aposentado e pensionista necessitam para sobreviver. Esse é um ponto. E o outro aspecto é justamente o seguinte: Nós deixamos também, aqui, como proposta, essa foi uma proposta da CGT e que as demais Centrais Sindicais, num documento assinado no ano passado, ratificaram em comum acordo, que é de considerar também o valor do salário mínimo como tendo como um percentual, uma referência do maior salário pago no país, que é o salário do Presidente do Supremo Tribunal Federal, que hoje está em torno de 20, este ano R\$24.000,00. Lembro-me quando eu fui com o companheiro da Força Sindical e da CUT, lá no Nelson Jobim, mostrar, entregar o documento para ele, dizendo: "Nós estamos querendo um salário mínimo com um percentual do seu salário que é R\$22.500,00" e ele disse o seguinte: No ano que vem, serão 24 mil já. Ou seja, o percentual tem que ser ainda maior. Portanto, esta é uma premissa também, Senador, que nós entendemos fundamental, ou seja, essa distância que existe entre o menor salário do país, o salário base, o salário mínimo para o maior salário pago a um servidor da nação, é altamente constrangedora. Quer dizer, nos Estados Unidos, essa diferença não passa de 18, de 18 vezes. Aqui, chega a 65 vezes, a 65 vezes. Quer dizer, é uma coisa que, evidentemente, a gente deve começar a examinar, no âmbito do Governo, no âmbito da sociedade. O outro aspecto, senhores parlamentares, é justamente a necessidade que nós temos de desmistificar essa história do impacto do reajuste do salário nas contas da Previdência. Dados do DIEESE apontam o seguinte: Que, desde 1960 e... Desde 1900...Um minutinho só. Desde 1996, o reajuste do salário mínimo, ele se aplica especificamente ao piso previdenciário, ou seja, um salário mínimo. O restante dos benefícios é corrigido pelo INPC e as estatísticas da previdência, elas apontam o seguinte: Que embora cerca de 16 milhões de pessoas, elas, de aposentados, eles tenham a correção do seu benefício pela correção do salário mínimo, mesmo assim, esses 16 milhões, que representam 67% do total de aposentados, a massa salarial desses 67% de aposentados representam somente 39% do montante pago à totalidade dos aposentados, ou seja, 61% do total dos valores pagos aos aposentados não seguem a correção do salário mínimo; seguem a correção do INPC, o que provoca justamente esse achatamento no tempo, trazendo justamente os benefícios além de um salário mínimo, os benefícios superiores a salário mínimo, para encostar, literalmente, sempre, no piso salarial da Previdência, ou seja, o salário mínimo. Um outro detalhe é justamente nós termos que trabalhar com a questão do papel distributivo do salário mínimo. O papel distributivo do salário mínimo é importante para que se entenda que, neste país, segundo dados da PNAD, já no ano 2004, fora os trabalhadores assalariados legais que ganham salário mínimo, 31% da população de ocupados no Brasil recebe até um salário mínimo. Esses 31% significam 23 milhões de trabalhadores. E somados esses 23 milhões de trabalhadores aos aposentados que recebem igual valor de salário mínimo chegam-se a 40 milhões de pessoas, no Brasil, que tenham seu rendimento referenciado até um salário mínimo, quer dizer, de uma população economicamente ativa de 74 milhões de pessoas, é um fator alto, ou seja, é uma mostra altíssima o significado do salário mínimo no Brasil para quem ganha até um salário mínimo. E isso, no momento em que você redistribui esse salário mínimo por regiões, você observa que, na região Nordeste, 58% das pessoas têm um rendimento de até um salário mínimo, na região Nordeste. No Sudeste, 22%; no Sul, 21% e no Centro-Oeste, 25%. Quer dizer, é um salário mínimo, esse salário mínimo que deve cumprir a sua função econômica e social, importante para o país, é tratado justamente sem nenhum tipo de política, é tratado sem nenhuma referência e, por isso, nós entendemos que essa Comissão, ela deve, daqui para frente, trabalhar com o objetivo de unir esses parceiros sociais para ter, definitivamente, implantada no país uma política de recuperação do salário mínimo e também dos demais benefícios da Previdência. Não se fala também que o salário mínimo, ele tem um impacto no seguro-desemprego. O seguro-desemprego, no país, agora, no ano de 2006, deverá estar sendo projetado em torno de sete a oito bilhões de reais no pagamento do seguro-desemprego e a média de salários, a média de parcela, da parcela de seguro-desemprego que é recebido pelo beneficiário, hoje, está em torno de 1,4 salário mínimo por parcela. Esse impacto da correção do salário mínimo agora repercute bastante nesses sete a oito bilhões de reais de trabalhadores que se desempregam

sistematicamente, todos os dias, e que se beneficiam de cinco parcelas, no máximo, do seguro-desemprego. Isso aí, logicamente, é um Fundo Social especial, ele apenas está lá no orçamento, no Orçamento Geral da União, no sistema de caixa único, mas isso daí é um Fundo Social que tem, justamente, a participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo, que formam, justamente, o fundo de amparo ao trabalhador, que tem como receita primária, o PIS e o PASEP. Finalizando, como se sabe, para recuperar esse salário mínimo necessário, mesmo o aprovado hoje, na negociação com o Governo Federal, da ordem de R\$350, é necessário, para colocar esse trabalhador de salário mínimo com as suas condições de sobrevivência vital, esse salário mínimo, hoje, deveria ser 4,6 vezes o que deverá ser praticado agora no mês de abril do ano de 2006, ou seja, há uma distância muito grande e somente uma política de recuperação de salário mínimo no país é que poderá fazer com que nós possamos, efetivamente, dar esse efeito dinâmico ao salário mínimo no mercado interno como arrecadador também de tributos, como distribuidor de renda e também como um salário que, com certeza, ele prioriza o chamado consumo [soa a campainha] na demanda de vestiário, remédios, alimentos, etc. Concluo, Deputado, dizendo o seguinte: Aquilo que o Neto falou, sobre essa questão da Seguridade Social, a Previdência *versus* Saúde, definitivamente, tem que haver a segregação do que é gasto da Previdência e o que é gasto da conta Seguridade Social. Senão, nunca nós teremos resolvido, neste país, a questão relacionada ao déficit previdenciário. A previdência, aliás, a Seguridade Social não é deficitária. A ANFIP manda relatório para todos nós e chama para o debate, qualquer ator social, para discutir déficit da Seguridade Social. Não existe. Agora, na hora que mistura, a rubrica Seguridade Social, aí sim, Deputado, apresenta déficit porque, da forma em que está o salário mínimo, neste país, que se cogita ou se coloca, sempre, essa mistificação de que há o déficit na Previdência, de que é impossível manter a Previdência e, com isso, vão sempre deixando o salário mínimo para trás, na sua correção que deveria ser uma correção real para garantir a necessidade básica de sobrevivência do trabalhador brasileiro. Muito obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos, agora, convidar o João Felício, Presidente da CUT e o senhor Moacir Roberto, da Coordenação Confederativa dos Trabalhadores, para tomar assento à Mesa. E passamos a palavra ao senhor João Felício, Presidente da Central Única dos Trabalhadores.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Pela ordem, Deputado Jackson Barreto, enquanto--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): V. Exa. tem a palavra.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): --Se o senhor não se incomoda, aqui, enquanto sentam aqui os nossos palestrantes, eu sei que não é o caso, aqui, mas eu queria só ressaltar, aqui, a minha indignação e deixar aqui uma solidariedade ao Presidente da CUT, ao nosso companheiro João Felício, que ontem foi divulgada em todos os jornais do país, eu acho que isso diz respeito a todas as Centrais Sindicais e ao Movimento Sindical como um todo, aos trabalhadores, uma declaração de uma Deputada Federal, aqui desta Casa, não vou aqui nem citar o nome dela, porque não merece, fazendo afirmações injuriosas contra a Central Única dos Trabalhadores e dizendo, decretando, que ela gostaria que as Centrais Sindicais não existissem, que a CUT não existisse no país. Então, eu acho que esta Comissão, que tem esta tarefa de discutir o salário mínimo, não pode se calar a isto, não pode permitir e deixar que situações como esta perdurem, onde uma Deputada, de uma forma fascista, de uma forma antidemocrática, levanta questionamentos sobre o papel das Centrais Sindicais e do Movimento Sindical nesse país, que é, sem dúvida nenhuma, aquele responsável, muitas vezes, pelos avanços que a própria Câmara, que o próprio Senado, aqui, produzem no que diz respeito à Legislação Trabalhista. Então, eu queria expressar, aqui, este fato, a minha indignação, expressar aqui a minha solidariedade à Central Única dos Trabalhadores e ao Movimento Sindical brasileiro. Então, contra essas declarações que foram vinculadas na imprensa, feitas por uma Deputada do PSDB desta Casa, que eu sei que não é esta a posição do PSDB, o PSDB que também tem uma tradição histórica de organização dos trabalhadores, mas que nós não podemos, de forma alguma, permitir

que uma Deputada tenha esta atitude fascista, como esta Deputada dessa Casa, em relação à Central Única dos Trabalhadores. Então, queria deixar, aqui, a minha solidariedade e fazer este registro antes da fala do companheiro João Felício e tal, nesse momento. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nesse momento, eu passo a palavra ao companheiro João Felício, Presidente da CUT.

SR. JOÃO FELÍCIO: Inicialmente, agradecer enormemente ao Senado e à Câmara pelo chamado, pelo convite, pela convocação às Centrais Sindicais para que viessem aqui expor a sua visão sobre o salário mínimo, para nós é um fato inédito. Isso nós não podemos deixar de reconhecer. Lembro-me que, até bem pouco atrás, alguns anos atrás, quando eu fui Presidente da Central, onde a nós era dado como único direito, não é, Vicentinho? Vir aqui reclamar, questionar, apresentar as nossas sugestões ao Relator da peça orçamentária, mas, em nenhum momento, tivemos a oportunidade de participar de um debate como esse que nós estamos fazendo aqui. Isso é altamente positivo para a Câmara e para o Senado, a abertura aos movimentos sociais para que expressem as suas opiniões sobre um assunto tão candente e tão importante como este. Quero também realçar a importância do processo. Eu acho que a forma como as Centrais Sindicais têm se comportado, de forma unitária, realizando marcha, como nós fizemos já nos últimos anos, e a participação de um processo de negociação, que eu acho que dignifica o país, a gente sabe que, nem sempre, os movimentos sociais são chamados para negociar assuntos dessa natureza, eu acho que tem sido muito bonita a união das Centrais Sindicais, ampliando cada vez mais a sua unidade e encontrando um canal de negociação com o poder público, eu acho que isso também nós não podemos esquecer. Eu acho que essa combinação de vontade das Centrais Sindicais em negociarem, do Poder Público em abrir um canal de negociação e do Senado e da Câmara também se colocarem à disposição, eu acho que é uma unidade explosiva, mas bastante positiva. Eu acho que isso é altamente positivo para todos nós e que, juntos, podemos encontrar um caminho altamente positivo para esse assunto tão importante que é a questão do salário mínimo. Sobre a questão dita pelo Deputado Marco Maia, eu já fui chamado de tudo na vida. Às vezes, até me acusam, tanto no Governo passado, como no atual Governo, de falar como um padre sobre as divergências que temos, mas confesso para vocês que de bandido e assassino nunca fui chamado. Eu acho que uma Central Sindical como a CUT, tem uma história e nós incomodamos mesmo, porque a nossa trajetória é para incomodar Poder Público mesmo, eu acho que esse tipo de acusação não deveria existir. E a Deputada será processada e terá que responder na Justiça a acusação que fez à nossa Central Sindical. Sobre esse assunto do salário mínimo, eu quero dizer para vocês que, talvez, e esse tem sido o desejo das Centrais Sindicais, dar ao salário mínimo uma dimensão muito mais ampla do que tem sido dada, eu acho que hoje se debate muito mais salário mínimo do que se debatia no passado. Primeiro, porque atinge, segundo os dados que já foram apresentados e eu tenho outros dados aqui, atinge a imensa maioria da população brasileira. Se formos somar a quantidade de pessoas que são atingidas pelo salário mínimo, ou da economia formal ou entre aposentados, com certeza, a quase metade da população brasileira vive em função do salário mínimo. E, especialmente, nas regiões mais pobres do país. O simples fato de agora nós termos feito um processo de negociação que resultou em R\$50,00 a mais no valor do salário mínimo, nós vamos injetar na economia, aproximadamente, 25 bilhões. Imaginemos, num país que precisa crescer e precisa se desenvolver, o que significa isso no bolso da população mais pobre. É que nós, às vezes, sindicalistas que somos, da economia formal, que às vezes representamos categorias com altíssimo poder de mobilização, de pressão política, talvez, não tenhamos dado conta há mais tempo da importância, do que é essa luta, a luta pelo salário mínimo. Nós chegamos, em determinados momentos na CUT, a reivindicar 100 dólares como salário mínimo, reivindicamos números que a gente tira, às vezes, como explicações científicas, em outros momentos não; às vezes, a gente ouve na sociedade, números que surgem como se fosse um cometa; alguém puxa um valor do bolso e nós ficamos, às vezes, submetidos, a sociedade fica submetida a determinados valores. Hora alguém que acha que nunca pagou, agora acha que dá para pagar ou alguém que achava que antes dava e agora acha que não dá. Nós queremos sair desse debate. Nós queremos não ficar mais debatendo números, valores estratosféricos, às

vezes, que nos entusiasma. "Puxa, que bom seria que o país pudesse ou o Senado, a Câmara, a peça orçamentária, pudessem definir aquele número que está circulando como se fosse um cometa, em determinados momentos". Nós queremos sair desse debate. Nós achamos que nós devemos apontar um caminho onde você defina uma estratégia a médio e longo prazo de recuperação do salário mínimo. Eu confesso para vocês que as Centrais Sindicais têm agido de forma bastante unitária, nesse momento, mas a antecipação para abril, como nós negociamos esse ano, já é um caminho que nós queremos discutir com vocês, parlamentares, para o futuro. Nós queremos antecipar a Data Base do salário mínimo para o mês de janeiro porque é cansativo; você faz todo um processo de mobilização, novembro, dezembro, na peça orçamentária. Queremos antecipar, concordando com o companheiro Canindé, antecipar a mobilização nossa, nós queremos que o salário mínimo passe a vigorar em janeiro. É como nós fazemos na iniciativa privada, quando chegar a Data Base de uma categoria, você mobiliza, negocia e recebe. Nós queremos negociar no mês de novembro, dezembro, e passar a receber em janeiro e não passar a receber em junho do ano que vem, quando já, já estamos num outro debate, numa outra conjuntura, num outro momento. Então, nós queremos um processo de antecipação da Data Base do salário mínimo. Segundo, eu acho que os senhores sabem o que significa o salário mínimo nas categorias profissionais, porque nós analisamos somente quem recebe o salário mínimo. 45% das categorias profissionais desse país recebem de um a 1,5 salários mínimos. Tem piso vinculado a isso. Portanto, dar aumento real no salário mínimo você provoca um debate, um estímulo para que os nossos sindicatos, baseados numa vitória ou numa conquista de aumento real no salário mínimo, partam para fazer campanha salarial e adequação, inclusive, de pisos salariais. Portanto, você dá uma dimensão na luta pelo salário muito mais ampla do que simplesmente fazer aquela luta, às vezes específica, isolada, corporativa de uma categoria na sua Data Base. Quer dizer, você eleva o poder de compra do salário mínimo, você provoca um estímulo para que as categorias também profissionais, debatam essa questão. Eu concordo com a análise que Neto fez aqui. O argumento que existe de que dar aumento real para salário, neste país, ou para salário mínimo ou nos pisos de categorias profissionais poderá levar o Brasil a uma situação de insolvência, de ausência de competitividade etc, esse argumento não nos convence. É só analisar a folha de pagamento de uma empresa, no preço final do produto, que nós vamos perceber que a massa salarial no país está extremamente baixa e o salário médio mais ainda. Nós temos salários médios, nos grandes centros, em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, que têm uma média salarial superior. Mas a média salarial nacional é extremamente baixa, portanto, fazer uma luta pelo salário de elevação do poder de compras, talvez, seja a mais bela e espetacular distribuição de renda que possam fazer no país e nós achamos que o salário mínimo é isto, é a mais bela distribuição de renda, porque você valoriza o mundo do trabalho, valoriza o processo de negociação, coloca mais recursos no bolso da população que consome pouco porque você aumenta o salário. É muito mais social, distributivo, distribuição de renda, você valorizar o poder de compra de quem está vinculado ao salário mínimo ou de quem está vinculado aos pisos salariais até 1,5 salário mínimo do que qualquer outra forma de distribuição de renda que possa se fazer no país. Então, o que nós queremos, na realidade, é antecipar a Data Base, fazer com que o salário tenha essa dimensão mais ampla, que ele seja um debate candente no Poder Público, na sociedade, no Congresso Nacional. E achamos que, além disso, tem que ter um plano de recuperação. E, aí, não tem como. Eu... Olha, nós, da CUT, se nós conseguíssemos apontar e estabelecer um acordo com o Poder Público aqui na Câmara e no Senado, num Projeto de Lei que resultasse que, nos próximos anos, nós vamos ter a inflação e a média dos dois últimos anos, eu me sentiria um sindicalista combativo e altamente vitorioso. Se quiserem pegar outro período da história, vamos pegar. Vamos pegar os melhores anos de JK, os melhores anos do Itamar, os melhores anos do João Goulart, os melhores anos dos outros Presidentes da República. Você estabelece inflação mais 10% de aumento real, inflação mais 8% de aumento real. A CUT, inclusive, tem um estudo de criação de um fundo de solidariedade que daria em se criando este fundo, e aí não tem jeito, alguém tem que pagar. Porque, na realidade, quem sustenta o Estado Brasileiro são os assalariados, é o pessoal da economia formal, são os que ganham salário mínimo que, indiretamente, pagam imposto. Há segmentos da sociedade brasileira que não pagam imposto proporcionalmente ao que ganham. Eu digo o setor

financeiro. Portanto, quando nós levantamos essa questão, não é simplesmente de elevar a carga tributária do país. Nós não estamos propondo isso. Nós sabemos que há necessidade nesse país de se fazer uma profunda reforma tributária; quem ganha mil e poucos reais paga muito pelo que ganha e quem ganha muito, paga pouco proporcionalmente ao que ganha. Mas é um debate que nós queremos fazer. O que é fundamental é que nós saíamos desse debate estéril de todos os anos, com qual vai ser o valor nominal. Porque cansa o debate: "Se der um aumento muito elevado, a Previdência vai à falência", aí, o pequeno e médio empresário diz o seguinte: "Eu não tenho condições de pagar porque eu também irei à falência". Aí, a pequena prefeitura também dirá: "Eu também não tenho condições de pagar porque eu irei à falência. Quer dizer, para distribuir renda, sempre alguém diz que vai à falência. Esse discurso não nos comove, não é verdadeiro, não é correto. É necessário encontrar a saída porque, se nós ficarmos com esse discurso, nós nunca vamos distribuir renda nesse país e nunca o salário mínimo terá o valor nominal que ele já teve. Portanto, a gente tem que ter o processo, eu acho que, nesse aspecto, as Centrais Sindicais têm uma concordância entre si, tendo um projeto de cinco anos, 10 anos, 15 anos, 20 anos, para que esse salário mínimo volte a ter o poder de compra que ele já teve no passado e nós estamos abertos. Têm várias formas, tem aquilo que o Canindé colocou aqui, de vincular um determinado percentual ao maior salário do Poder Público, ao maior salário do funcionalismo. Têm várias formas de se encontrar uma alternativa que possibilite a valorização do salário mínimo. O que nós não concordamos, é ficar eternamente dizendo o seguinte: "Esse ano vai ter inflação?" Ninguém sabe se será dada a inflação. Alguém propõe: "Então, vamos vincular com o PIB". Então, você tem inflação mais crescimento do PIB. É pouco porque você não tem, o PIB tem ano que é espetacular o crescimento do PIB, tem outro ano que não cresce, tem um crescimento reduzido, não tem aumento. O que nós queremos é fazer uma análise, de acordo com as necessidades de uma família e, a partir disso aí, você ter um Projeto de Lei votado não significa que um projeto de Lei votado, que possibilite você ter inflação mais aumento real, não possamos ter num determinado momento do país, da história da economia, num crescimento virtuoso, que nós não possamos ter naquele ano um aumento maior. Mas o que nós estamos falando aqui é do mínimo. O mínimo, você prepara a sociedade, você prepara a micro e pequena empresa, você prepara as pequenas prefeituras e você prepara o Poder Público, na questão da previdência, porque quanto mais dinheiro no bolso do cidadão, especialmente da população mais pobre, é mais imposto que o Poder Público arrecada. O que talvez não daria é para alguém dizer: "Eu vou, agora, dar um espetacular aumento do salário mínimo" sem a sociedade estar preparada para isso, os orçamentos, o orçamento público, estadual, municipal, agora, quando você aponta um caminho de recuperação com percentual definido, a sociedade vai se adequando a uma nova situação. Então, tem várias formas que nós estamos abertos, aqui, a debater com os senhores, a debater, inclusive, na peça orçamentária. Eu acho que o caminho que foi apontado, nos dois últimos anos, é um caminho bom. Não é pouco. Eu sei que a gente pode até analisar se alguém disser o seguinte: "R\$350,00 é pouco". Eu também acho que é. Ninguém aqui vai considerar que R\$350,00 seja um valor nominal espetacular, que dá condições a uma família viver bem. Jamais, alguém diria isso aqui. Agora, esse caminho que nós apontamos e você ter, nos dois últimos anos, mais de 20% de aumento real e calcular a média disso e projetar para o futuro, eu acho um caminho altamente positivo, que eu acho que as Centrais Sindicais teriam condições. Têm outras formas também de recuperar o poder de compra da população mais pobre. Nós queremos debater, com muito carinho, com o Governo e vamos ter uma reunião hoje com o Carlito Meres, que é o Relator da peça orçamentária, a questão dos aposentados. Porque, se o salário mínimo continuar nesse galope que ele teve nos dois últimos anos... Tudo bem, não precisa ser um galope altamente acentuado. Mas se ele continuar desse jeito, ele vai engolir a imensa maioria dos aposentados do país. Aí, se os aposentados continuarem tendo somente a inflação, o salário mínimo vai engolir, daqui a pouco, nós vamos ter a quase totalidade dos aposentados ganhando salário mínimo. Então, nós queremos discutir esta questão também com o Poder Público. Podemos fazer de forma escalonada: Aqueles que estão mais próximos dos salários mínimos, os atuais aposentados, poderiam partir, tem um reajuste, partindo dos 16 e poucos por cento que o salário mínimo obteve, a gente vai fazendo, de forma escalonada, para aqueles que têm aposentadoria mais elevada. O

que não dá, é para continuar do jeito que está. O salário mínimo tem um pequeno aumento real, o cidadão que é aposentado, ele tem somente a inflação e é justo que os aposentados reclamem. É uma velha reclamação que os aposentados têm, portanto, precisa calcular perdas que já ocorreram no passado. Os aposentados reclamam: "Olha, eu me aposentei com cinco salários mínimos, hoje eu estou com três"; o outro fala: "Eu me aposentei com dois, hoje eu estou com um". Portanto, é uma dívida social enorme para esse segmento da população brasileira. É necessário também a gente definir uma política de desoneração tributária dos produtos da Cesta Básica, que são os produtos consumidos pela maioria da população brasileira porque essa maioria da população brasileira está vinculada ao salário mínimo. Portanto, é necessário também que façamos uma discussão desta maneira. A terceira questão, que nós achamos também, na CUT, é a questão de você ter um processo, um Poder Público, projetos, isso também é distribuição de renda. A população, quando ficar mais velha, todo mundo sabe, recorre mais a planos de saúde, remédios etc. Portanto, uma forma de você aumentar também o poder de compra desse segmento da sociedade, é o Poder Público oferecer parcerias, projetos dessa natureza, para esse segmento da sociedade brasileira. E, por último, eu acho que a participação nos grupos de resultados. As empresas poderiam ter uma redução na sua carga tributária, caso elas oferecessem participação nos lucros e resultados da sua empresa, especialmente para a população mais vinculada a salário mínimo. A gente sabe que os grandes sindicatos, nas grandes montadoras de automóveis, dos grandes centros urbanos, há uma facilidade maior de se definir e negociar participação nos lucros e resultados. Mas é justamente a população mais pobre, vinculada a salário mínimo, que não tem nenhum debate, nenhuma discussão e nenhuma possibilidade de negociação na participação dos lucros e resultados das empresas e é justamente esse segmento que precisaria ter um carinho maior do empresariado brasileiro e por parte do Poder Público. Finalizando, eu diria que acho que essa alternativa, o IBGE, inclusive, comprovou na sua pesquisa, agora, de a gente dar essa dimensão ao salário mínimo. Eu acho que é um caminho espetacular. Por mais que possamos, por mais que possamos ter admiração, por mais que achemos que determinadas vertentes, determinadas ações da economia do país estejam absolutamente corretas, mas nós achamos que o que pode alavancar o crescimento econômico duradouro de um país é aumentar o poder de compra da população brasileira. O cidadão tem que comprar mais para ele contribuir para o crescimento econômico do país. Por mais que tenhamos assertivas, por mais que busquemos comércio externo, exportação, eu acho que o crescimento econômico, ele é altamente positivo. O DIEESE, inclusive, detectou, nos dois últimos anos, não é, Barelli? Aumentou consideravelmente o número de categorias que conseguiram aumento real, o que é um fato inédito. Até bem pouco tempo, a cada ano que passava, diminuía o número de categorias que conseguiam repor a inflação. Nos dois últimos anos, aumentou o número de categorias que conseguem o ganho real. Isso que é desenvolvimento. Isso que é distribuição de renda. Isso que alavanca crescimento econômico. Isso que vai fazer com que nós tenhamos um país justo, que é debater salário e o povo ganhando bem para que ele possa contribuir para o crescimento econômico do país. Obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Muito bem. Nós queremos colocar aqui, para o nosso companheiro João Felício, essa preocupação da Comissão, também, com a questão dos aposentados e pensionistas. V.Sa. trouxe aqui à discussão esse tema que é também, sem dúvida alguma, a preocupação da nossa Comissão. Eu quero passar a palavra, agora, ao senhor Moacir Roberto, da Coordenação Confederativa dos Trabalhadores.

SR. MOACIR ROBERTO: Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Presidente, Deputado Jackson, deputado Walter Barelli, Relator, Senador Paulo Paim, os Deputados aqui presentes, na pessoa do Deputado Alceu Collares, as confederações aqui presentes, na pessoa do companheiro Schultz, e as Centrais Sindicais, na pessoa do companheiro José Calixto Ramos. Meus senhores, minhas senhoras, na verdade, o que a gente deveria trabalhar e fazer, e acho que todo o Movimento Sindical tem feito, é trabalhar para que o mínimo do DIEESE fosse atingido. Essa é a nossa luta, de todo o Movimento Sindical e, ao passar do tempo, a gente, cada vez, estava ficando mais longe desse mínimo tão sonhado e, aos poucos, parece-me que a gente está chegando, a

passos muito lentos, está chegando a alguma coisa próxima. Na verdade, quando chega para discutir o salário mínimo, até pouco tempo atrás, parece-me que o Governo, em si, sentava para discutir quanto poderia pagar menos, que na verdade, quando chega a um certo ponto, ele, em vez de crescer a inflação ou a perda salarial que dava um salário mínimo, ele discutia, na verdade, quanto menos poderia ser pago. E, dessa forma, há um efeito cascata, conforme já colocado aqui, que quando você dá um aumento ao salário mínimo, não é só para o salário mínimo, mas é para todas as categorias que, em diversas, podemos dizer, que quase que 100% das entidades sindicais, quando negociam, negociam com base no salário mínimo, ou seja, se não é com base no salário mínimo, pelo menos, as mesas de negociações partem daquele, do índice do salário mínimo. Lamentavelmente, as questões que foram passadas ano após ano, essa discussão pouco avançou e, no tempo que foi se discutindo, os aposentados foram os mais prejudicados no setor, nessa vida. Se você pegar a maioria dos estados do Nordeste, tem uma boa parcela que vive em função do salário mínimo, em especial do salário do aposentado. A sua parte vital do funcionamento, do mercado, dos supermercados, da vida do município, depende única e exclusivamente do movimento do salário mínimo e do aposentado. E parece-me que ser aposentado, nesse país, em vez de ser um júbilo, ser uma conquista do aposentado, passa a ser um castigo. Se nós pegarmos dos 23 milhões de beneficiados pela Previdência Social, 15 milhões recebem o salário mínimo. E esses 15 milhões chegam com uma perda de 60%. Se nós passarmos um período entre oito a 10 anos futuros, nós vamos verificar que a maioria de quem estava recebendo até dois, 2,5, até três salários mínimos, vai estar na faixa de um salário mínimo só. Eu sei, Presidente, que hoje a discussão é mais em nível das Centrais Sindicais, nas confederações e não sobre a questão do aposentado, mas esta questão reflete diretamente no nosso futuro, no dia de amanhã. Se nós não tivermos a preocupação com o idoso, com as aposentadorias, com o vencimento desse pessoal, nós estamos esquecendo que, daqui uns dias, a população brasileira e a maioria que vai chegar a esse júbilo vai estar sendo prejudicada. Nós imaginamos que isso aí é um efeito cascata: Se nós não aumentarmos o poder aquisitivo do povo brasileiro e não diminuirmos essa diferença, que já foi colocada aqui nessa Mesa, do menor salário com o maior salário, fatalmente, o poder aquisitivo e as conquistas da classe trabalhadora, nós estaremos jogando no lixo. Nós temos que imaginar que isso aí é um efeito cascata: O povo brasileiro, se o trabalhador brasileiro, que recebe salário, ganhar mais, ele vai comprar mais, a indústria vai produzir mais, nós vamos vender mais e isso, lá na frente, nós vamos poder remunerar mais. E isso não vai quebrar a Previdência, não vai quebrar a prefeitura, não vai quebrar nada porque nós vamos estar colocando é dinheiro no mercado, dinheiro na economia. Cada vez que se discute a questão do salário mínimo, há uma ilusão muito grande, dizer que a Previdência vai quebrar. Se a Previdência vai quebrar, por que não vamos, então, aumentar o teto da contribuição da Previdência Social? Por que nós não vamos voltar os 15, os 20 salários mínimos dos valores do teto da contribuição? As pessoas que ganham mais vão financiar quem ganha menos para poder manter um salário digno ao trabalhador. O dinheiro da Previdência, num tempo passado, era tanto, que não se sabia o que se faria com o dinheiro. Foi construída a Itaipu, foi construída a Rio-Niterói, a Transamazônica, foi colocado aqui, e agora, esses, os pedágios da Transamazônica, da Rio-Niterói, o dinheiro jogado fora, lá dentro, e os royalties da Itaipu não estão vindo para a Previdência. E o dinheiro nosso está lá. Então, o que aconteceu no passado, e hoje nós estamos pagando caro por isso, é má administração do dinheiro público. E nós não podemos continuar pensando e continuar avalizando as pessoas que jogam nosso patrimônio, o nosso bem, as nossas conquistas do passar do tempo no esgoto. Nós temos o convencimento também de que as prefeituras que dizem que não têm condição sequer de pagar o salário mínimo, alguma coisa está errada. Esses municípios são tão pequenos que, de duas uma: Ou o dinheiro público está sendo mal administrado, que não tem essa condição, ou então, foram municípios criados estritamente com interesses políticos. Nós não podemos aceitar nem uma e nem outra situação. Se o município é tão pequeno e foi criado por um curral político para simplesmente ter mais um prefeito, mais uma Câmara, eu acho que nem a própria população quer e defende esse tipo de coisa. Nós não podemos defender que mil municípios, mais ou menos, segundo a informação do Governo, possa prejudicar o resto da população brasileira. Nós não podemos, de forma alguma, aceitar que isso aconteça.

Nós temos que ter coerência, nós temos que ter sabedoria para que essas coisas deixem de acontecer. Só para se ter um exemplo, quem ganhava, na Previdência Social, os R\$260,00 e até R\$282,00, o novo reajuste do salário mínimo, se for agora, passou de 6,35, ele vai, a partir de agora, receber mais ou menos um salário. É comum a gente encontrar, na população brasileira, pessoas que dizem: "Olha, eu me aposentei com oito, hoje estou recebendo três"; "Me aposentei com dez e hoje estou recebendo cinco". Então, a conta nunca é feita para mais, só é feita para diminuir o poder aquisitivo da população e, quando chega na questão, ainda, que se refere ao aposentado em si, nós vamos verificar que, na época da aposentadoria, que a pessoa mais consome remédio, os preços reajustados dos remédios, eles não sobem nem através de coisa, é via jato. Não há controle, quando há o controle, ainda é mascarado esse controle, ao passo que é nessa época que a pessoa mais consome. É remédio de pressão, é remédio para o coração, é remédio para não sei o que... a Cesta Básica que foi colocada aqui é um preço maior, tanto é, que a Fundação Getúlio Vargas teve a preocupação de criar o Índice de Preço ao Consumidor para a terceira idade e aí foram verificar que esse índice do preço da terceira idade, o custo de vida, é bem maior do que no resto da população. Nós temos a convicção que nós não podemos deixar isso passar em brancas nuvens. E, nessa oportunidade, em que o Governo discutiu com algumas Centrais Sindicais, lamentavelmente, ele manteve o mesmo equívoco dos outros Governos: deixou alguns segmentos, deixou Centrais Sindicais fora dessa discussão, deixou as Confederações e trabalhadores fora da discussão e deixou também os aposentados fora dessa discussão. Eu não sei se esse grupo, esse segmento, talvez, tenha posicionamento diferente do Governo ou é meramente perseguição ou mesmo achar que esse segmento não representa nada. Os aposentados teriam que estar presentes na discussão do salário mínimo porque eles são diretamente interessados. É uma população imensa no país que está diretamente interessada na questão do salário mínimo; muitas vezes, é a diferença entre a vida e a morte. João Figueiredo, na oportunidade disse que se ele ganhasse um salário mínimo, ele dava um tiro na cabeça.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pena que ele tinha um pouquinho mais...

SR. MOACIR ROBERTO: Pena que ele tinha um pouquinho mais, senão ele tinha ido. E, assim, os Governos que se sucedem, o Governo Fernando Henrique e agora o próprio Governo Lula, lamentavelmente, deixaram esses segmentos fora da discussão. Para finalizar, eu gostaria de lembrar a todos que, inclusive, a nova Central Sindical, nós achamos, até achamos que houve uma evolução na questão das negociações do salário mínimo, mas o Governo Lula, na oportunidade que subia nos palanques para se candidatar e se eleger a Presidente da República, ele falou aos quatro cantos desse país que ia dobrar o salário mínimo. E o dobro do salário mínimo é R\$400,00. Então, nós não queremos nem aquilo, nem aquilo outro, nós queremos só aquilo que foi oferecido à população, foi oferecido à nação brasileira, que é um compromisso de campanha. Nós acreditamos no PT, nós fizemos campanha para o Presidente Lula e acreditamos que aquilo que era falado aos quatro cantos do país era verdadeiro. A nova Central Sindical, as confederações e uma população enorme esperam que os R\$400,00 sejam realmente cumpridos. Muito obrigado, Presidente. [Palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos agradecer, aqui, ao Moacir. E queremos convidar os companheiros Paulo Pereira da Silva, Paulinho, da Força Sindical e o nosso companheiro Enílson Alemão. O Enílson estava aqui agora [Palmas]. E Enílson... Enílson Simões de Moura, Presidente da Social Democracia. Eu quero, nesse momento, passar a palavra ao Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical.

SR. PAULO PEREIRA DA SILVA: Eu quero agradecer o convite para estar aqui, Paim, Jackson e Barelli que estão aqui na Mesa, representando os demais Deputados, cumprimentar a todos. Cumprimentar os companheiros das Centrais Sindicais, demais companheiros. A Força Sindical veio para cá com um grupo de companheiros. A Eunice Cabral, da nossa Confederação dos Trabalhadores do Vestuário [Palmas]; o Lacerda, Presidente da Força lá de Manaus; Juruna, Secretário Geral da Força Sindical; Pedrinho é nosso companheiro do setor de alimentação, junto com o Vitor e também o Heleno, Presidente da Confederação dos Metalúrgicos. Companheiros, primeiro, agradecendo

aqui, mais uma vez, a oportunidade. Eu acho que nós poderíamos aproveitar esse momento que o salário mínimo está bastante debatido para tentarmos emplacar, aqui no Congresso, pelo menos, algumas coisas. Então, eu vou falar aqui alguns minutos e vou tentar, com vocês, ao invés de ficar aqui fazendo duzentas propostas, centrar em algumas delas. Primeiro, não preciso dizer, aqui, a importância do salário mínimo, eu acho que todos aqui conhecem. Mas é bom lembrar alguns dados. O salário mínimo, quando foi criado por Getúlio Vargas, valia em torno de quinhentos dólares. Se ele tivesse tido apenas a correção da inflação até hoje, nós estaríamos com um salário mínimo, segundo o DIEESE, em torno de R\$1.500,00, portanto, maior do que a média de salário do Brasil, que está em torno, aí, de, em São Paulo, mil e pouco, mas, no Brasil, chega a R\$912,00. Se nós... A importância do salário mínimo é que, quando você discute salário mínimo, você eleva os outros salários, porque os pisos das categorias, normalmente, são decididos por tamanho de salário mínimo. É um salário mínimo, dois salários mínimos; normalmente, você discute através de salário mínimo. Então, quando você aumenta o salário mínimo, você também aumenta os pisos e eu queria dar alguns dados que eu acho que o DIEESE fez um trabalho muito legal, seria importante que os nossos Deputados tivessem. Barelli, com certeza, já tem. Mas tem uma coisa importante que eu acho que vale a pena para que os Deputados tenham uma idéia de quanto, como é que é o salário no Brasil. Olha, Collares, você está de parabéns, porque lá no Rio Grande do Sul, você, acho que o Tarcísio também é de lá. No Sul do país--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PAULO PEREIRA DA SILVA: É, Paim também. Eu acho que é por causa dessa história do Paim ficar brigando pelo salário mínimo, o salário do Sul é o melhor salário do Brasil, porque no Sul somente 20.8% dos trabalhadores com carteira assinada do Sul do país, ganham salário mínimo. No Sudeste, você imagina, no Sudeste do país, lugar mais rico, 21.6% dos trabalhadores dos estados do Sudeste do país ganham salário mínimo. Do Norte, 37.4%. Do Nordeste, é lamentável falar isso, mas, no Nordeste, 57% dos trabalhadores ganham salário mínimo, ou seja, mais da metade da força de trabalho do Nordeste, senhores Deputados, ganham um salário mínimo, até um salário mínimo. Isso mostra que o nosso salário, no Brasil, é muito ruim. Então, portanto, você vê que, mesmo nos estados mais ricos do país, o salário mínimo, ainda tem uma grande parcela da população que ganha salário mínimo. Então, quando você, quando a gente fez essa negociação com o Governo e vocês aqui sabem que eu vivo falando mal do Governo, então, portanto, eu posso falar dessa negociação porque eu vivo falando mal do Governo, foi uma negociação bastante dura. Uma negociação que eu quero registrar que foi assim, primeiro, que não foi assim com qualquer um: Do lado da Força Sindical, nós levamos todas as nossas confederações e levamos o nosso Sindicato dos Aposentados, que eu garanto para vocês que é o maior sindicato do Brasil, sindicato que nós criamos há cinco anos atrás, tem quase um milhão de associados, hoje. De associados, não é imposto sindical, não é obrigado se filiar; são aposentados que estão desesperados na vida e que estão se filiando a uma entidade porque os aposentados, no Brasil, são filiados a pequenas associações. A Força Sindical e a CUT criaram seus sindicatos nacionais e esses sindicatos são os maiores sindicatos do Brasil, hoje, exatamente porque o trabalhador se filia direto no sindicato, então... Do lado da CUT, quero lembrar, que estava o nosso Presidente da CONTAG, que só aí representa seis milhões de aposentados que ganham salário mínimo. Além da CGT, da STS e da CGTB. A CGT também estava lá com seu grupo de aposentados. Então, portanto, estava ali grande parte da representação dos trabalhadores e principalmente dos aposentados do Brasil e que brigaram muito com o Governo. Porque a negociação com o Governo tem muito a ver com essa coisa do superávit primário, que falou aqui o Neto. Na última negociação, e é bom lembrar que o Governo nem comida para nós não deu, não é, Alemão? Nós tivemos que fazer uma vaquinha para comprar pão com mortadela porque demorou nove horas de negociação. Comemos dois pães com mortadela durante o dia. Muito café, água... Acho que o Governo queria ver se nós íamos embora. O pão que o diabo amassou... Então, foi uma negociação dura que demorou seis negociações com os ministros do Governo e depois uma reunião com o Lula, basicamente, para assinar um protocolo, ali, para mandar para vocês. Nós começamos pedindo R\$400,00. Queria contar isso porque eu acho que vale a pena vocês saberem que não foi fácil aquilo ali.

Pode ser e eu acho que a gente, nós fizemos um acordo, mas se o Congresso quiser, fazer mais, eu não tenho nenhum problema. Mas teve um acordo ali de grande parte dos trabalhadores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Que é a proposta da Comissão, Paulinho, é justamente essa de R\$400,00.

SR. PAULO PEREIRA DA SILVA: Como eu assumi um acordo, eu gosto de defender o que eu assumo. Então, eu assumi um acordo de 350, mas, depois de dois meses de negociação, numa reunião com o Presidente, nós pedimos 400 e o Governo falou de 321. Depois, subiu para 340, nós baixamos para 360 e o Governo chegou em 350 e nós pedimos para antecipar dois meses. Queria dar um dado, eu acho que esse dado é importante para vocês: Nessa negociação dos dois meses, a negociação era assim porque dois meses antecipados de 50 reais vão dar dois bilhões e oitenta milhões de reais de custo a mais para a Previdência, além do que já está gastando. Aí, um de nós, lá, fez uma pergunta: "Vem cá, e o superávit primário, esse ano, vai ser quanto?" Aí, o Luis Dulce fez questão de dizer: "Olha, nós vamos economizar. Esse ano nós vamos gastar com superávit 98 bilhões". Então, ou seja, o dinheiro dos banqueiros, que é o que nós temos reclamado, já está separado. Esse é deles. Agora, do coitado, ou digamos assim, do desgraçado do velhinho que vai receber um salário mínimo, que não dá para comprar duas caixas de melancor(F), uma dificuldade para arrumar dinheiro. Mas eu acho que nós fizemos um bom acordo, por quê? Porque, oficialmente, pela primeira vez, o salário mínimo é o mais alto dos últimos tempos. E não dá para dizer que foi só o Governo Lula. No Governo Fernando Henrique, nós tivemos uma média de 20% durante os quatro anos de mandato, de cada quatro anos. No Governo Fernando Henrique, chegou em torno de 25. É aquém de quem disse que ia dobrar, mas eu acho que nós conseguimos fazer um acordo razoável. E que, é lógico, depende de o Congresso Nacional agora aprovar esse acordo. Mas, de nossa parte, nós achamos que é razoável o acordo que fizemos. Não é uma maravilha, não vai salvar ninguém, vamos continuar passando dificuldade, mas é um acordo razoável que, se o Congresso aprovar, nós estaremos falando bem do Congresso por aí. Se o Congresso aumentar isso, nós vamos ficar mais felizes. Mas é um problema de vocês. Agora, eu quero aproveitar aqui, acho que nem vou falar todos os minutos, para falar algumas coisas que eu acho que seria importante que vocês assumissem, que vocês assumissem. O João Felício falou aqui, nós tínhamos um entendimento, o João sempre pede, a CUT reivindica mais do que nós, mas depois a gente acaba se entendendo. Hoje tem uma relação muito boa entre as centrais, de respeito, eu acho que, até por isso, nós conseguimos fazer um acordo. Antigamente, a gente brigava mais do que se entendia. Então, nós decidimos, hoje, que tem que se acertar em algumas coisas que interessam aos trabalhadores. Nós fizemos um entendimento e eu acho, eu queria defender aqui um ponto de vista, primeiro assim: Nós pedimos ao Governo, e depois enroscou muito nisso, que nós queríamos antecipar a Data Base porque hoje, se nós pensarmos hoje, os R\$350,00, se fosse para o cara receber hoje, é um negócio bom. Dá 50 contos a mais no bolso do cara. O cara que mora lá numa cidadezinha do Nordeste, são R\$50,00 a mais. Já dá quase para ele fazer uma comprinha ali, para passar 15 dias. Agora, nós estamos negociando, hoje, para ele pegar, se não tivesse acontecido nada, em maio, mas só pôr no bolso em junho; seis meses depois e depois, vocês voltam a ter outro desgaste, aqui na Casa, de discussão sobre isso. Seja qualquer Governo, seja qualquer Governo, tem outro desgaste. Então, o que seria interessante? Antecipar a Data Base para janeiro porque nós vamos negociar, vocês vão discutir o orçamento. Os Deputados vão discutir o orçamento em dezembro. Aprova ou não aprova, mas se não aprova, aprova em janeiro e em janeiro os trabalhadores que ganham salário mínimo e os aposentados já recebem esse aumento. Portanto, não tem esse desgaste e é um aumento na hora. Não adianta você falar para o cara: "Eu vou te dar uma caixa de dinheiro, mas no final do ano". O cara fala: "Puxa, mas e daqui lá?" Então, é importante antecipar a Data Base. Nós topamos. Vou dizer para vocês aqui, com tranquilidade, porque nós temos que jogar com o negócio do salário mínimo ao longo dos anos; não dá para a gente querer. Eu acho que só o Lula, cometia o erro de dizer que ia dobrar o salário mínimo e vai pagar caro por isso, mesmo dando esse aumento, porque eu acho que nós temos que jogar, não adianta a gente querer recuperar um salário que ficou 30 anos defasado, recuperar de um dia para o

outro. Ninguém agüenta. Já viu prefeitura chiando... Eu cheguei a dizer que a prefeitura que não agüentar pagar um salário mínimo deveria fechar e se incorporar numa do lado. Pegar uma cidade grande do lado e dizer: "Olha, nós não estamos agüentando nem pagar o salário mínimo. Vamos nos incorporar a vocês e vamos virar distrito". Seria um ganho para o país se fizesse isso. Embora Deputado falar isso, num ano de eleição, não é muito fácil. Mas eu posso falar. Então, não tem problema. Mas acho que o país ganharia com isso. Então, se nós trabalharmos com a idéia de antecipar a Data Base, é um primeiro ganho. Em lei, isso dá para vocês fazerem aqui. Dá para vocês fazerem um negócio desse. Agora, não precisa ser em janeiro, o ano que vem, ser para janeiro, para dizerem: "Olha, só porque tem eleição, pode ser que o Lula ganhe ou ganhe outro já estão arrumando conta para o outro pagar". Mas nós conseguimos, em abril esse ano, antecipar um mês. Então, nos dá em março; o ano que vem, no outro ano, dá em fevereiro e no outro, em janeiro. Vamos fazer isso em três anos. Então, é uma boa. Vamos sair falando bem do Congresso. O Congresso precisa fazer um gesto para a sociedade. A imagem de vocês está mal para diabo. Porque eles não analisam vocês individualmente, analisam os 513 que tem aqui. Então, não adianta um se salvar aqui, vocês têm que fazer um gesto. Então, uma coisa boa, o nosso apoio é... Vamos mudar a Data Base, fazer um projeto de lei aqui e aprovar. Aprova tanta coisa com urgência aqui, por que não pode aprovar isso? Outra coisa, nessa questão, por isso que eu disse que ia reivindicar menos que o João Felício, o João Felício falou aqui de uma média dos últimos anos do aumento de salário. Eu toparia fazer um acordo com vocês de transformar em, verdadeiramente, Data Base. O que é Data Base? Data Base é quando o sindicato senta com a categoria patronal e negocia. Então, transforma o negócio do salário mínimo, ou seja, vai mudar para março e em fevereiro, aliás, no orçamento, é uma Data Base. Então, o Congresso põe na lei que é obrigado a chamar as Centrais Sindicais para discutir, mas pode garantir; transforma em Data Base primeiro e pode garantir, na boa, inflação mais o PIB. Isso é o mínimo. Com a inflação mais o PIB, eu acho que seria uma irresponsabilidade nossa, João, dizer: "Vamos fazer uma média, vai dar 10% ao ano". Aí o país vai mau um ano, como é que você vai dar 10%, entendeu? Tudo bem. Mas eu estou fazendo aqui até para não nos criticarem. Então, vamos lá. Se nós fizéssemos como mínimo a inflação mais o PIB e, garantíssemos que tivesse negociação com as Centrais Sindicais, com os aposentados, para não dizer que nós estamos deixando de fora, até porque as centrais hoje representam os aposentados, estão filiados nas centrais, nós viríamos para cá negociar. Esse ano o país está mau? Quer dizer, os juro, não sei o que, tal? Não dá para negociar além do PIB? Então, está bom. O PIB esse ano deu 3%, sei lá? Então, pegamos a inflação mais 3%. Vamos crescendo. Mas, olha, o país está melhor, vai crescer, não sei o que, vamos negociar um pouco mais que o PIB [soa a campainha] e a gente poderia fazer um acordo acima do PIB. Então, teria uma Data Base de negociação no Congresso Nacional, com o Governo. Enfim, eu acho que isso seria uma coisa boa, transformar verdadeiramente numa Data Base, garantindo, pelo menos em lei, inflação mais o PIB. Por último, que já está dando o tempo ali, achei que não ia usar os 15 minutos, nós queremos, e aí não tem jeito, ouviram, Deputados? Nós vamos fazer uma confusão desgraçada com quem ganha mais que o salário mínimo. Faz muitos anos que quem ganha mais que o salário mínimo não tem um real de aumento de salário; só pega a inflação. Eu vou dar um exemplo para vocês: Alguém que ganhava 330, que está recebendo hoje 330, R\$30,00 acima do salário mínimo, se vier o aumento, que virá para quem ganha mais, que estão falando aí, de 4,5, ele vai ganhar menos do que os 350. É mais um que passa a ganhar salário mínimo. E assim tem acontecido ano a ano. Hoje, já passam de 16 milhões de aposentados que ganham menos que o salário mínimo, que ganham o salário mínimo. Então, é preciso ter aumento real para quem ganha mais que o salário mínimo. A partir da semana que vem, a Força Sindical começa a pôr aposentados nas ruas. Eu vou discutir isso aqui com os nossos companheiros, aqui também, para a gente fazer um inferno. Esse ano vai ser um inferno porque são oito milhões de velinhos que, todo ano, está vendo a sua aposentadoria, se aposentou com oito, 10 salários mínimos, hoje ganha dois, três e está na fila, abrindo processo, demorando 10, 20 anos, morrendo... Muitas vezes, morre e não recebe. Então, essa é uma luta que nós queríamos pedir para vocês também apoio do Congresso para que a gente pudesse ter aumento acima da inflação para aqueles que ganham mais que o salário mínimo. Muito obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero informar, aqui, ao nosso Presidente da Força Sindical, o nosso Paulo Pereira, de que esta Comissão tem um objetivo muito claro com relação à questão dos pensionistas e dos aposentados. A gente comunga do pensamento da Força Sindical nessa questão e as propostas que foram aqui colocados pelos diversos companheiros. Nós temos uma preocupação, um objetivo, temos discutido muito com o Deputado Walter Barelli e o Senador Paulo Paim, no sentido de que essa Comissão possa dar a sua contribuição e quero aqui afirmar ao Paulinho da Força Sindical que esta Comissão se coloca à disposição para participar desta luta em favor dos aposentados. É o compromisso dessa Comissão. [Palmas] Eu gostaria de solicitar a todos os Presidentes de Centrais Sindicais aqui presentes, que estão aqui participando desse debate, que todos os documentos que foram aqui lidos, apresentados, debatidos, gostaríamos que esses documentos fossem entregues à Comissão porque nós precisamos desses dados, desses documentos; serão necessários esses documentos para o trabalho da nossa Comissão. Eu agradeço e passo a palavra ao senhor Enílson Simões de Moura, velho companheiro de lutas democráticas, Presidente da Central Sindical, da Social Democracia Sindical.

SR. ENÍLSON SIMÕES DE MOURA: Senhores Deputados, senhoras Deputadas, senhores Senadores, meu querido Jackson Barreto, antigo companheiro, antigo militante. Bom, de qualquer forma, o que eu quero, também não vou usar, de fato, também não vou usar os meus 15 minutos todos porque eu acho que, com brilhantismo, companheiros aqui, João Felício, Paulinho, o Pegado, conseguiram colocar a discussão no campo que a discussão deveria estar. Acho que, de qualquer forma, nós temos que dizer o seguinte, quer dizer, tem luz no fim desse túnel, entendeu? Porque nós lembramos de alguns anos atrás, dois, três, quatro anos atrás, a questão do salário mínimo, estava aqui, a voz um pouco isolada do Senador Paim, do Deputado Paim, não é isso? Porque um pouco isolada de um ou outro dirigente sindical e essa discussão se travava só no âmbito, no âmbito da Câmara dos Deputados. A discussão não chegava aqui nessa Casa, era lá na Câmara e lá na Comissão de trabalho e, às vezes, uma pequena reunião, às vezes chamava, às vezes não, o sindicalista, mas já era uma discussão já quase que homologatória da vontade do Executivo, que vinha, porque pouca coisa se mudava, aí, no salário mínimo. Eu acho que esse ano, independente do resultado, nós, quer dizer, isso aqui também já foi dito, mas quero reiterar, foi algo, foi algo brilhante o esforço que nós conseguimos fazer, quer dizer, nós conseguimos deixar para trás, qualquer desavença que havia entre nós, protagonistas daquela discussão que se chegou, essas discussões, e que chegou a essa conclusão e nós podemos verificar, enfim, quais são os problemas que entravam o debate acerca do salário mínimo e ver que esses problemas, em parte, já foram superados porque estamos aqui numa Comissão Mista, onde têm Senadores e Deputados discutindo uma saída de longo prazo para essa questão do salário mínimo, porque não existe saída de curto prazo mesmo, na situação em que nós estamos. Pelo menos, diante dos problemas que nós debatemos com eles. Quais são os problemas? Ora, havia alguns problemas de natureza conjuntural, primeiro, aquilo que o Felício falou aqui, é preciso, aliás, o Pegado falou aqui, é preciso discutir o salário quando se está discutindo a peça orçamentária porque senão, nós vamos discutir variação daquilo que vem no orçamento só agora, no fim do ano, como nós fizemos agora e, aí, nós temos que discutir junto com um monte de outras coisas. Nós somos encostados na parede: "Está bom, eu vou dar isso para vocês, mas tem zero para o servidor público. Eu vou dar isso para vocês, mas FUNDEB não tem nada" e todos nós queremos que o FUNDEB tenha recurso. Todos nós queremos que tenha reajuste adequado para o servidor público. Bom, se conseguir superar os problemas conjunturais, aí vêm os problemas estruturais: "Mas a Previdência vai falir, mas as prefeituras vão falir". E ainda tinha um outro também, que nós reputamos de ordem conjuntural também, que é o negócio da Lei Kandir. Os governadores estão aí pressionando e querem, tem que repor o recurso, tem que repor aí aquilo que é determinado pela Lei Kandir. Então, é uma discussão, de fato, porque essa discussão foi pautada pela responsabilidade. Essa discussão que nós fizemos foi pautada pelo amadurecimento e a responsabilidade das pessoas que ali estavam e, portanto, nós nos posicionamos assim. É evidente que é preciso que tenha uma outra visão do salário mínimo. Ele tem que ser, ele não pode mais ser visto do ponto de vista simplesmente conjuntural. Tem que haver uma visão estrutural do salário mínimo; salário mínimo como fator do desenvolvimento. Portanto, é

imprescindível que a gente veja desta forma e desta maneira. Isso só pode ser visto se nós formos discutir na elaboração da peça orçamentária. Por quê? Porque vai refletir lá na Previdência e vai refletir na questão das prefeituras. Eu sei que vai mesmo. Eu sei que tem prefeitura que não vai conseguir pagar mesmo. Agora, eu acho que isso resolve de uma maneira. Eu acho que o Senado, essa Casa, do Congresso, da Câmara, o Congresso, sei lá como, de que maneira, nós deveríamos fazer uma pesquisa para ver se a criação de milhares de pequenos municípios, que teve nos últimos dez, 20 anos, se isso, de fato, resultou na melhoria de qualidade de vida daqueles munícipes que passaram a ter seu novo prefeito, seus novos vereadores, a sua nova burocracia, lá, municipal e tal. Eu tenho algumas dúvidas com relação a isso. Eu acho que nós precisávamos ter, em algum momento, fazer uma discussão de um novo pacto federativo. Eu acho que essa é uma questão importante porque os municípios têm que ser, realmente, instrumentos de melhorias de vida das suas, dos seus munícipes, das suas comunidades e têm que fazer isso, têm que ter recurso para isso. Se não é capaz de geração de recurso, ali, quer dizer, nós não podemos determinar que o país se desenvolva no ritmo daquele pequeno; se o salário mínimo é fator de desenvolvimento, nós não podemos determinar que o desenvolvimento do país vai ser dado por aquele município que não tem condição de pagar, ali, um salário mínimo de 350, 340, não sei o que. Então, é preciso, se esse é um problema, e eu acho que é, é preciso rever o pacto federativo. Por outro lado, também, essa questão da discussão da Previdência, também, meus companheiros aqui já abordaram, não vou repetir, é preciso resolver mesmo, eu acho que a Previdência, quando a Previdência, a Seguridade separar, dividir, separar o que são essas coisas, o que tem que ser aporte do Tesouro, o que tem que ser capitalização da Previdência; tem que separar porque eu acho que, ao juntar isto, ao fazer esse bolo que fez, nós, quer dizer, poucos brasileiros, a não ser aqueles mais ilustrados, têm condição de discutir o que é o chamado déficit da Previdência porque fizeram um bolo que é para nos enrolar a todos mesmo e a gente não é capaz, então, de encontrar alternativa, ou seja, se nós temos responsabilidade, queremos discutir com responsabilidade, não há, então, alternativa para a Previdência. Mas toda a vez que aperta, vê que há uma alternativa. Agora, é preciso fazer com que essa discussão tenha racionalidade. E, daí, da forma que hoje é tratada, a questão do caixa da Previdência, nós achamos que isto é irracional. Pensamos que esse esforço deve ser um esforço continuado. Acho que as centrais se sentem, quer dizer, nós, que participamos desse debate, nós que participamos dessa discussão, nós nos sentimos capazes de contribuir. Nós temos demonstrado a capacidade de contribuir, contribuir no debate, no fórum de debate e contribuir da forma que já fizemos também, com mobilização das populações, com mobilização dos trabalhadores para que nós possamos buscar sensibilizar, aí, os responsáveis pela política econômica do país. Eu acho que estamos num bom caminho, estamos no caminho certo. Quero reiterar, aqui, aquilo que eu já disse, quer dizer, essa discussão que nós fizemos esse ano foi possível ser feita porque nós tínhamos uma economia estabilizada. Se a gente tivesse vivendo aquela conjuntura que alguns parece que gostam, gostariam, aquela conjuntura de inflação, quer dizer, de inflação acelerada, de um processo que está certo que se você ganha hoje, tem que gastar rápido porque senão o dinheiro vai embora, que a classe média gosta muito, de inflação; nós não gostamos, nós pensamos que essa discussão foi possível porque nós temos inflação sob controle, nós pensamos que essa discussão foi possível porque tem havido um esforço muito grande do Governo para que não haja a retomada da inflação; não pode haver retomada de inflação porque senão essa discussão perde completamente o sentido. É demagogia qualquer um dizer, quer dizer, nós não conhecemos nenhuma forma, nenhum mecanismo, nenhum sindicato do mundo, nenhum economista do mundo conhece forma de defender salários diante de conjunturas inflacionárias. Portanto, não tem inflação. É o principal ganho que os trabalhadores têm, porque, aí sim, podemos discutir aumento real. Aquilo que nós fazíamos antes, aquela discussão que nós fazíamos de repor perdas, repor perdas, repor perdas, aquilo, nós sabemos que era enganação porque eram perdas que eram repostas e, imediatamente, você, como Presidente do Sindicato, como dirigente sindical sabe, perfeitamente, perdas que eram repostas e consumidas imediatamente, aí, por aquele processo inflacionário. Portanto, é estabilidade econômica que permite e que garante que nós possamos fazer essa discussão que nós estamos fazendo, nesse momento, e é isso que nos permite ver luz no fim do túnel. Acho que essa sensibilidade econômica está

sendo garantida, estará garantida porque nós estaremos discutindo, aqui, na próxima legislatura, creio eu, estaremos discutindo, aqui, aquelas reformas imprescindíveis para que possa baixar essa taxa de juros, que o Deputado Alceu Collares tem absoluta razão, possa baixar essas taxas de juros, possamos ter taxas de juros civilizadas, mas, para isso, vamos fazer aqui as reformas necessárias, as reformas imprescindíveis para tornar o Estado brasileiro um Estado capaz de entender esses requisitos indispensáveis para o exercício da cidadania. Acho que estamos no caminho certo e é por aí devemos seguir, que devemos andar. Muito obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos convidar aqui, agora, o José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e o senhor Erledes Elias da Silveira, que representa, aqui, a Central Autônoma dos Trabalhadores. [Palmas] Eu vou passar a palavra, vou passar, aqui, a Presidência dos trabalhos ao nosso Vice-Presidente, Walter Barelli, aliás, ao Senador Paulo Paim, porque estamos em processo de votação do segundo turno do FUNDEB, na Câmara Federal. Nós iremos lá votar e retornaremos aqui. Senador Paulo Paim, assumo a Presidência e passo a palavra aqui.

[Presidente Jackson Barreto passa a presidência ao senador Paulo Paim].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Continuando os trabalhos, passamos, então, a palavra, nesse momento, ao Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, senhor José Calixto Ramos. Dispõe de 15 minutos.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Presidente, agora, Senador Paulo Paim, senhoras e senhores Deputados, companheiras e companheiros dirigentes sindicais, eu queria, primeiramente, cumprimentar a todos, agradecer o convite que nos foi dirigido e dizer da nossa satisfação. É, na verdade, uma entidade criança, que nasceu há pouco mais de seis meses. Tem muito que... Aliás, tem que aprender a caminhar e, evidentemente, que vai aprender na luta diária com a classe trabalhadora, com as organizações sindicais, com o Congresso Nacional e tal. Eu diria que, praticamente, os companheiros que me antecederam esgotaram a matéria relativa à progressão do salário mínimo. É louvável, naturalmente, e seria bom ressaltar que é louvável a iniciativa do Congresso Nacional em criar essa Comissão, que deverá fazer estudo permanente para que não se discuta de forma, talvez até um pouco açodada, como é discutido todos os anos, para se chegar ao mínimo do salário mínimo. Eu não tenho restrições, absolutamente, às colocações aqui feitas. Apenas discordo um pouco do Paulinho, que ele, em que pese parecer que tem pena dos nordestinos, mas ele acha que qualquer R\$50,00 para o nordestino, está resolvida a questão e não é bem isso. Então, eu resolvi fazer aqui um pequeno texto que vou deixar com a Comissão e não levarei mais do que o tempo necessário. Os números já foram expostos e nós queremos fazer, trazer um pouco, exatamente, para lembrar a criação ou a história da criação do salário mínimo. A criação do salário mínimo, ao longo da história do capitalismo, é fruto, ao mesmo tempo, da luta dos trabalhadores e da intervenção do Estado. A instituição do salário mínimo tem por objetivo garantir uma remuneração melhor ao conjunto dos trabalhadores não qualificados e este tipo de regulamentação tende a unificar o salário de ingresso no mercado, o que é bom, quando o sistema de contratação coletiva não é praticado. O primeiro país, ou os primeiros países a criar o salário mínimo, ou criaram, os países europeus que criaram a sua legislação, foram a Inglaterra, em 1909; Estados Unidos, em 1912; a França, em 1915; a Noruega e a Áustria, em 1918; a Tchecoslováquia, em 1919; Alemanha, 1923; a Espanha, 26 e a Bélgica, em 1934. Resultado da luta dos trabalhadores contra a exploração do trabalho, esse processo, ele foi o entendimento, ou seja, se estendeu ao conjunto da economia, não se limitando a poucas categorias profissionais. Esse processo se acelera com a crise dos anos 30 e da Segunda Guerra Mundial. Na América Latina, somente a Argentina teve experiência semelhante a desses países e da Europa. Nos principais países capitalistas, o salário mínimo passa por grandes mudanças após a crise econômica de 1929. Há intervenção do Estado na economia, o salário mínimo se transformou em instrumento de Política Social. Na Europa Ocidental, a partir da Segunda Guerra Mundial, o salário mínimo começa a fazer parte, cada vez mais, das medidas governamentais relativas à garantia dos direitos básicos de cidadania. Hoje, nos países desenvolvidos, a política de salário mínimo está inserida no conjunto de políticas sociais

como o seguro-desemprego, a aposentadoria, a renda mínima, garantia para pessoas com ou sem ocupação e com rendimento abaixo da linha da pobreza, limite da condição de miséria. Em geral, nestes países, o salário mínimo acaba por atingir um segmento bem reduzido de trabalhadores jovens, temporários, em treinamento, jornada reduzida, dado que a maioria dos trabalhadores recebe acima deste valor, mesmo os menos qualificados. E vemos, exatamente, quatro fases importantes do salário mínimo. Primeira: 1940 a 51, com 14 níveis salariais diferentes. Queda violenta do poder aquisitivo. Congelamento, de 1943 a 51. Numa segunda fase, de 52 a 64, houve um pouco da recuperação do salário mínimo e, àquela época, em 1957, houve o maior valor médio anual da história, em 1955. Estabilidade de 60 a 64. Uma terceira fase, que houve restrição do salário mínimo, em decorrência da concentração de rendas e, de 64 a 84, a repressão ao Movimento Sindical, eliminação da estabilidade do emprego, política de arrocho salarial. De 65 a 77, houve a manutenção da média anual do salário mínimo e chegou a 69% do poder aquisitivo de 1940. Em 74 a 81, reajustes semestrais; tendência de recuperação do valor real e, de 83 a 94, o poder aquisitivo do salário mínimo cai acentuadamente, chegando a 24% do valor estatuído em 1940. A quarta fase vai de 95 até hoje, aí sim, começou o início do movimento de recuperação. E aí, o trabalho tem vários dados, que serão entregues também à Comissão. O salário mínimo é a distribuição dos rendimentos de crescimento econômico, importante instrumento não apenas de distribuição de renda, mas também de inclusão social. No entanto, quando observamos, vejam que houve um crescimento, mas quando observamos o crescimento da produtividade nacional, PIB *per capita*, comparado com a evolução dos salários mínimos, podemos notar um distanciamento progressivo entre a remuneração mínima e o crescimento econômico. Quem ganha salário mínimo no Brasil? Já foi dito, nós vamos repetir muito rapidamente. O salário mínimo é fundamental para milhões de ocupados, desempregados e inativos, cujos rendimentos estão ligados, direta ou indiretamente, a seu valor. E já foi dito, não é demais repetir, são 23,3 milhões de trabalhadores ocupados que ganham até um salário mínimo, ou seja, 31,6% dos 74 milhões de ocupados. Se considerarmos os trabalhadores com rendimento de até dois salários mínimos, esse número chega a 64,3 ou 47 milhões de ocupados; 57% dos ocupados que recebem até um salário mínimo estão, exatamente, registrados na região Nordeste. E salário mínimo e Cesta Básica: o DIEESE, que é o instrumento que nós temos para balizar todo o nosso trabalho econômico na vida sindical, tem uma pesquisa própria que levanta a Cesta Básica, registraram e ele diz que registraram, alta no preço do conjunto de gêneros alimentícios essenciais, conforme definidos no Decreto-Lei 399, de abril de 38, única legislação que estabelece parâmetros sobre os produtos que devem compor uma Cesta Básica. Assim, podemos comparar o poder de compra do salário mínimo com relação aos produtos básicos. Salário mínimo necessário. O salário mínimo foi criado para atender às necessidades básicas do trabalhador. De acordo com a Constituição Federal de 88, o salário mínimo deve ser fixado em lei capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e Previdência Social. Com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada a sua vinculação para qualquer fim. Em tese, a meu juízo, é isso que essa Comissão deverá fazer daqui para diante. Respeitando essa definição legal, o DIEESE também calcula o salário mínimo necessário e ele diz, isso vem de muito tempo, os dirigentes sindicais conhecem isso *pari passu* e, de acordo com a pesquisa de orçamento familiar, para um trabalhador e sua família que tenha a renda média em torno de R\$378,00, o item alimentação representa 35,71% do gasto médio mensal. Assim sendo, em dezembro de 2005, o salário mínimo, de acordo com esses cálculos, ele deveria ser de R\$1.607,11. E, aí, nós vamos concluir dizendo o seguinte: Necessidade de um programa permanente de fortalecimento da valorização do salário mínimo, repito, acho, que é a intenção da Comissão. Elevação do valor do salário mínimo significa um crescimento da renda de parte das famílias de baixo poder aquisitivo com impacto direto sobre o nível de atividade econômica, ativando a economia, através dos efeitos decorrentes do aumento do consumo. Referencial para categorias menos organizadas e para população trabalhadora desqualificada[soa a campanha], sinalizador para os salários intermediários. Vou terminar, senhor Presidente. O salário mínimo unificado é um importante instrumento de combate à desigualdade regional e de revitalização econômica das regiões mais pobres. Instrumento de regulação do mercado

de trabalho, pois atua como limite à super exploração do trabalho, inibindo a rotatividade do trabalho por parte dos empregadores, como forma de reduzir salários. Criação de mecanismos legais para incorporar o salário mínimo; aumentos reais iguais ou superiores aos concedidos para o ano de 2006, independentemente do partido político que vier a assumir o Governo. Sendo necessário, ainda, adotar mecanismos que garantam aumentos reais para os trabalhadores de uma forma geral, proporcionando um incremento nos rendimentos médios. Retomar o crescimento econômico e optar por um modelo distributivo; política industrial voltada para bens de salários e redução do desemprego. Reforma Tributária, desonerando os produtos básicos ou de primeira necessidade e a renda do trabalho. Imposto de Renda. Políticas públicas, finalmente, visando melhoria ao acesso da população à saúde e à educação de boa qualidade. Quer dizer, esses princípios que, ou a adoção desses princípios pode, em linhas gerais, não ter muito a ver, diretamente, com o salário mínimo, todavia, adotados princípios iguais e tantos outros que já foram aqui propostos, mexe sim com o salário mínimo porque você aumenta a participação da sociedade na produção, você aumenta os salários dos trabalhadores qualificados e isso, automaticamente, puxa um salário mínimo maior. Eram essas as poucas contribuições que nós gostaríamos de deixar para essa Comissão e vou entregar aqui ao nobre--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Parabéns [Palmas].

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Posteriormente, nós mandaremos...
[pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós passamos a palavra ao senhor Erledes Elias da Silveira. É a última central, a CAT, a participar do debate e, em seguida, vamos abrir o debate, aqui, aos demais companheiros. Com a palavra, o senhor Erledes Elias da Silveira, da Central Autônoma dos Trabalhadores, CAT.

SR. ERLEDES ELIAS DA SILVEIRA: Bem companheiros, eu estou aqui representando o companheiro Laerte Teixeira, que não pôde comparecer mas, dada a importância desse momento histórico que nós estamos vivendo no Movimento Sindical, não daria para ficar ausente dessa audiência pública. Primeiro, saudar a todos os companheiros daqui da Mesa, dos nossos dirigentes, daqui, pessoal da Comissão, todos os parlamentares e todos os companheiros e companheiras presentes aqui no auditório. Agradecer o convite que, para nós, é uma honra muito grande ter oportunidade de dar a nossa contribuição. Evidentemente que falar por último é interessante porque, assim, mais ou menos, tudo o que a gente pensa que vai falar, já foi falado aqui e isso é muito bom. Mas eu quero fazer algumas colocações. Primeiro, o seguinte: Que a nossa luta no Movimento Sindical, desde o seu surgimento, foi sempre no sentido de buscar dignidade para aqueles que produzem a riqueza nesse país. A dignidade dos nossos trabalhadores, os que estão na ativa e aqueles que já estão aposentados e contribuíram. Foi sempre essa nossa luta, que se conseguisse oportunidades iguais para todos, todas as pessoas, todos os trabalhadores, todas as pessoas que produzem a riqueza e, mas nós, fazendo um resgate histórico do Movimento Sindical, e já foram colocadas aqui algumas coisas, eu quero chamar atenção que todo o trabalho que as centrais estão desenvolvendo, tem tido assessoria do DIEESE e o DIEESE junto, em várias mãos. Evidentemente, eu tive oportunidade de participar de algumas das reuniões, ele fez um documento. Esse documento, que está no sítio do DIEESE, que é www.dieese.org.br e que todos teriam condição de acessar, é um documento que traz toda a história do Movimento Sindical, toda a história do salário mínimo, que eu acho que é muito importante para a gente entender todo esse processo. Então, quando nós falamos que a nossa luta foi sempre no sentido de buscar melhores condições para os trabalhadores, o Movimento Sindical, ele passou por uns momentos muito importantes. E se nós analisarmos um gráfico feito pelo DIEESE, que está nesse documento que eu falei, vocês vão observar que, se eu colocar no gráfico todo, vamos dizer assim, o desenvolvimento do salário mínimo, a cada ano, nós vamos perceber que ele sempre teve oscilações, ou seja, ele começou com valor naquele cálculo que foi feito para a pessoa ter uma vida digna, mas aí, ele começou, já começou caindo, caiu, depois ele subiu e se verificarmos, na década de 50, e alguém já falou aqui, ele teve uma recuperação significativa, ou seja, voltou a ter o seu valor real e até em muitos momentos passou um pouco daquilo que foi, que foi feito na época

quando ele surgiu. E mais, daí para frente, e principalmente depois de 64, com a ditadura militar, ele veio caindo, caindo, caindo, veio para o buraco. Então, isso está no gráfico e esse gráfico fica muito fácil de verificar. E, aí, nós percebemos: E o Movimento Sindical, aonde estava nisso? Claro. Quem acompanhou a história do Movimento Sindical, acabou de ser colocado pelo companheiro Calixto, que a grande repressão, primeiro, que o Movimento Sindical, de certa forma, ele foi sempre tutelado pelo Governo. Hoje é que nós estamos nos tornando independentes. Mas sempre foi tutelado. Segundo, que a polícia teve presente a todo o momento da história do Movimento Sindical: Repressão, prisão, invasão dos sindicatos e até assassinatos. Então, justifica o fato do Movimento Sindical não ter tido a capacidade de levar à luta na questão da recuperação, da valorização do salário mínimo, valorização do trabalhador. Ele ficou aí, por muito tempo, lutando pela recuperação da com a inflação e eu até tenho dito o seguinte: Que o Movimento Sindical, de certa forma, ele ficou, quando veio o Plano Real, que cortou a inflação, ele ficou com a brocha na mão; ele caiu e depois começou a se levantar e começou a discutir as questões reais, que são questões que devem estar nas pautas de discussões do Movimento Sindical, por exemplo, a questão do salário mínimo. Acho que é uma das grandes questões que o Movimento Sindical tem que estar atento e discutindo. Por quê? Porque sem a condição mínima de moradia, de alimentação, de saúde, como é que o trabalhador vai conseguir ocupar um espaço na sociedade, de dignidade de vida? Eu gosto de dizer o seguinte: Que um país que não investe na educação, ele está fadado a ter grande parcela da sua população na miséria e também de ser subserviente às grandes potências. Agora, como é que se... Vamos lutar sempre para isso, vamos investir na educação porque entendemos que a educação é fundamental para transformação da sociedade, é claro que não depende só dela, mas só dela, provavelmente, não será. Agora, como é que se investe em educação, quando, se olharmos os dados aqui desse trabalho do DIEESE, que já foi colocado aqui, 64% da população ganha até dois salários mínimos e metade disso, 32% da massa ativa, ganha até um salário mínimo. Olha, se não tem condições mínimas de dignidade de vida, como é que vai educar, dar educação para seus filhos, como é que vai conseguir essa oportunidade igual, que nós defendemos para todos? Então, eu acho que o ponto fundamental, o principal, na luta do Movimento Sindical, é a questão da valorização da força do trabalho e, evidentemente, começando pelo salário mínimo. Então, assim, o que a gente quer trazer aqui, primeiro, é o seguinte: Que esse momento que nós estamos vivendo, ele é histórico sim, ou seja, o momento que permite às Centrais Sindicais, num primeiro momento, parece que não todas; num segundo momento, parece que integrando todas e queremos que integre todas, participe numa discussão, num debate, junto com o Congresso. Isso é rico. Isso é muito grande. E queremos dizer o seguinte: Que não podemos, embora seja uma Comissão Especial, não é, ela é criada, cria essa Comissão, ela pode ter um tempo limite, mas nós entendemos que essa Comissão, embora especial, ela tem que ser uma Comissão perene, ou seja, em cada Governo, muda Governo, o Congresso deve zelar para manutenção dessa Comissão porque não basta nós trabalharmos para recuperação das perdas e, recuperou, pára. Não. Nós vamos ter que dar continuidade a essa discussão porque ela vai mais além. Ela vai no sentido da valorização da força de trabalho. É assim que nós entendemos. Então, querendo trazer aqui como contribuição isso: Primeiro, alguns documentos que nós já geramos, a gente depois passa, já me passaram por e-mail, mas é fortalecer essa idéia, de, dessa Comissão ser uma Comissão perene, essa Comissão ter definido reuniões periódicas para estar debatendo e, muito bem colocado aqui, anteriormente, que a peça orçamentária, tem que ser discutido isso na peça orçamentária e você define um prazo onde você vai recuperando essas perdas até, vamos dizer assim, atingir aquela recuperação total e, depois, trabalhar a manutenção disso, ou seja, é claro que incorporando tanto os companheiros da ativa quanto os aposentados. Era essa a contribuição. É muito mais no sentido de estar nessa luta, de achar importante a continuidade dela; a CAT tem essa visão e queremos continuar com vocês aí, todos nós, lutando para que a gente consiga uma vida mais digna para todos nós trabalhadores desse país. Muito obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Concluída essa parte inicial, com apresentação das Centrais Sindicais, nós vamos, agora, para o debate e a lista, aqui, de inscritos, a primeira... Deputada Vanessa Grazziotin.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, o papel do Relator é ouvir, ouvir, ouvir e ouvir.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Para, no final, relatar, relatar, relatar, relatar, relatar.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exatamente.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): E bem relatado, não é Senador? Então, eu quero agradecer, antes de mais nada, a gentileza do nobre Relator, que nós todos sabemos que ele tem preferência na hora dos debates. Cumprimentar todos os representantes das Centrais Sindicais que aqui estão. E aproveitar essa oportunidade primeiro, para cumprimentar, efetivamente, os dirigentes sindicais do país, pela maturidade demonstrada e pelo empenho que alguns anos, particularmente nesses dois últimos anos, vêm tendo no sentido de buscar, efetivamente, um aumento melhor, mais significativo para o salário mínimo. Eu tenho aqui, em mãos, o protocolo de intenções e quero repetir a vocês o que disse ao Ministro Marinho: O importante não foi apenas esse acordo estabelecido, agora, de salário mínimo para R\$350,00 e reajuste da tabela de renda. Eu vejo que mais importante do que isso, e que está aqui no papel, não apenas nos discursos dos senhores ou nos nossos discursos, mas o que está escrito aqui. É o compromisso em estabelecer a política permanente, enfim, a política permanente de revisão anual do valor do salário mínimo. E uma política que vise à recuperação do seu valor de compra, daquilo que ele já chegou a ser um dia. Então, nós estamos aqui, nessa Comissão, com esse objetivo. Os senhores, junto ao Governo Federal, têm uma Comissão formada. Nós estamos atrás, aqui, do Decreto... Decreto de 20 de abril, mas não conseguimos o número do Decreto, que formou, desde abril do ano passado, essa Comissão quadripartite no âmbito do Governo com as centrais, enfim, representação de trabalhadores, empregadores para debater essa nova política. Então, eu acho que esse é o passo significativo porque não adianta de nada essas propostas serem boas, nós temos aqui um levantamento, Senador Paulo Paim, um levantamento da consultoria aqui do Senado, dos consultores dessa Comissão Especial, apresentando todos os projetos que tramitam e que tratam da matéria, e são dezenas de projetos que tramitam há muito tempo na Casa; 99, 98, projetos antigos que tratam do mesmo assunto. Então, não basta só ter a proposta, é muito importante que tenha, que exista a proposta. Mas, mais importante do que isso é a vontade política porque sem a vontade política, sem a decisão política, sem a determinação política, não adianta as propostas serem boas, que elas não serão retiradas da gaveta ou do papel; continuarão ali, repousando, como essas repousam há anos. Então, é por isso que eu quero cumprimentar os senhores e quero perguntar aos senhores a mesma pergunta que fiz ao Ministro Marinho: Quando vocês nos apresentarem, não uma proposta completa, mas terão condições de ter, mais ou menos um caminho, um rumo, em relação a essa política? Nós ouvimos falar, aqui, que é importante ter o PIB mais a inflação. Entre essas propostas aqui, o meu partido, PC do B, insiste com uma proposta, pode não ser a melhor, mas temos uma proposta também que é utilizar a variação do PIB, a variação do período do PIB ou da inflação do INPC, aquele que for maior, acrescido da produtividade média do salário. Andamos fazendo, fizemos uma simulação e entendemos que também é uma proposta que caminha para a recuperação e é uma proposta factível. Não é uma proposta que dobra em um ano, em dois anos, o valor do salário mínimo, mas que vai recuperando aos poucos. Então, o Marinho, o ministro Marinho, nos deu a seguinte informação: Que, daqui para março, não foi isso? Final de fevereiro, possivelmente, eles já terão algo a apresentar à Comissão para que a Comissão também possa discutir, e eu pergunto aos senhores, se é mais ou menos por aí o caminho, se é mais ou menos por aí o caminho? Porque a gente tem que entender, senhor Presidente, que a política de salário mínimo é a melhor política que um Governo pode lançar mão para o caminho do desenvolvimento; não há outra melhor do que essa, o Deputado Barelli pode até me corrigir, posteriormente, que me corrija, Deputado Barelli. V. Exa. que--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): V. Exa tem mais um minuto.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Estou plenamente de acordo.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Pois é, E além de ser uma política que alavanca o desenvolvimento, é uma política de distribuição de renda, como todos os companheiros aqui das Centrais Sindicais já colocaram. O trabalhador que recebe o salário mínimo, ele não gasta com supérfluo, ele gasta com o estritamente necessário e até o estrito necessário, no país, recolhe tributos, pagam-se tributos, portanto, muito indiretamente. Então, eu faço esse questionamento às centrais e mais um, por último, que o tempo está acabando. Janeiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Já acabou.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu não sei, eu acho que antecipar é muito bom, antecipar a Data Base, mas eu preciso que, me convençam que janeiro é a melhor coisa, porque eu também venho do Movimento Sindical e nós fugíamos dos meses de dezembro, janeiro e fevereiro porque nós não conseguíamos mobilizar nossa categoria nesses meses. Então, os piores meses, eu sou servidora pública, professora, como o Felício também, não é? E nós não queríamos nem conversa nem com o mês de janeiro, nem com o mês de fevereiro porque são meses ruins de mobilização, são meses de festa, mês de carnaval. Então, será que seria mesmo janeiro o melhor mês para antecipação? Eu não sei. Eu deixo esse questionamento e quero que me convençam. Fiquei muito simpática à proposta, várias que foram apresentadas, aqui, mas, da Força Sindical também, Deputado Paulo Paim, em ver trabalhar a Data Base nesse aspecto. Trabalhar a Data Base, eu não sei se nós poderíamos extrapolar, também, em relação à recuperação do poder aquisitivo daquele trabalhador que ganha um pouquinho mais do que o salário mínimo porque o que ganha um salário mínimo e meio está fora dessa política e esse aí, ele vai ganhar, no máximo, a correção da inflação. Aí, daqui a alguns anos, poucos anos, ele já estará lá equiparado não no teto, mas no piso, que é o que há de pior, o que de pior poderia acontecer para o conjunto dos trabalhadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós vamos adotar o critério de que os parlamentares vão falar, vão fazer as perguntas às centrais e, em seguida, as centrais responderão. Eu quero passar a palavra, agora, ao Deputado Mauro Maia.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Marco Maia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Marcos Maia.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Marco. Nem Mauro nem Marcos. Marco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Marco, desculpe. É um marco na Comissão. É um marco na Comissão.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Mas não tem problema não. Lá no Sul, eu só peço que coloquem, ao lado, o número 1314. Não tem problema. O nome não interessa muito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Olha a Justiça Eleitoral, Deputado. [Risos]

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Mas, Presidente, eu queria, na verdade, aqui, fazer alguns breves comentários sobre as considerações que foram feitas, aqui, pelos nossos sindicalistas. Mas, antes de mais nada, também aqui fazer uma, uma saudação e uma reflexão sobre o momento que nós vivemos nesses últimos 60 dias, aqui, de negociações acerca do salário mínimo. Eu, que tenho uma origem sindical, metalúrgico, que sempre debatemos e discutimos à exaustão esse tema do salário mínimo, sempre tínhamos uma reivindicação histórica, que era a de poder influenciar nas negociações e na definição do valor do salário mínimo. De poder participar e estabelecer uma negociação acerca destes valores do salário mínimo e, aqui, alguns sindicalistas colocaram, com muita propriedade, de que isto sempre foi uma prerrogativa, muitas vezes, do Congresso, dos parlamentares, do Senador, antes Deputado, Paulo Paim, então, que aqui, junto com Jackson Barreto, com tantos outros que faziam o debate acerca dos valores do salário mínimo. E isso acabou. O próprio Deputado Alceu Collares. Isto nunca foi debatido e refletido com as Centrais Sindicais numa Mesa de negociação,

num espaço concreto onde pudesse estar lá, expressando as suas posições, dizendo o que, efetivamente, pensa sobre essas questões relacionadas ao salário mínimo. Então, eu quero saudar esta iniciativa do Governo, a iniciativa das Centrais Sindicais de toparem esse desafio porque não é fácil, porque, quando a gente senta numa Mesa de negociação, quando se pressupõe a negociar, a dialogar sobre um determinado tema, sobre uma determinada pauta, significa também abrir mão, muitas vezes, de conceitos, de convicções, de propostas porque, quando se senta lá, se senta para negociar, para se chegar a um determinado acordo. E eu quero dizer que me senti muito contemplado com as negociações que foram realizadas, me senti orgulhoso de ver, lá, as Centrais Sindicais negociando com o Governo e afirmando a sua posição e quero dizer que me senti também muito feliz de ver que deste processo de negociação, mesmo que não tenha sido a proposta ideal, mesmo que não tenha sido a proposta dos sonhos dos trabalhadores e trabalhadoras, lá negociados, mas foi aquilo que de melhor se conseguiu produzir naquela negociação que, na minha avaliação, representou também uma maturidade, representou uma sensibilidade desses, das Centrais Sindicais e dos trabalhadores em apostar naquele espaço como negociação. E digo isso, quero até ouvir depois, das centrais, se, como eles perceberam isso porque eu acho que ali tem um elemento de avanço para o futuro enorme, ou seja, se o Governo sentou uma vez para discutir com as Centrais Sindicais o tema do salário mínimo, vai ter que sentar a segunda, vai ter que sentar a terceira, vai se transformar numa realidade e não pode ter o Governo A, B ou C do partido A, B ou C, mas vai ter que sentar todos os anos para dialogar e para discutir com as Centrais Sindicais o valor do salário mínimo. Então, eu queria primeiro, fazer essa reflexão que, para mim, talvez tenha sido o elemento mais importante e tal dessa construção toda que se teve durante esse período. A segunda questão que eu queria aqui abordar é com relação a esse tema da correção do salário mínimo. A gente tem falado muito sobre como ter um mecanismo que possa, efetivamente, corrigir o salário mínimo. E eu acho que nós temos que sempre pensar isso do ponto de vista do patamar mínimo de correção porque a desvalorização do salário mínimo é tão grande, nesse país, que você pensar uma política salarial de recuperação do salário mínimo com a incerteza, muitas vezes, que nós temos, de como vai se comportar a conjuntura econômica e política do Brasil, talvez, seja temerário, quer dizer, nós precisamos, então, começar a falar sobre a possibilidade de ter uma, um aumento para o salário anual, uma recuperação anual do salário mínimo, mas que se dê em patamares mínimos e que possibilite a permanência deste processo de negociação que dialoga, efetivamente, com a necessidade que nós temos de recuperar, efetivamente, o salário mínimo. Então, eu queria deixar isso aqui como reflexão para que a gente pudesse, no decorrer, o nosso Relator, senador Paulo Paim, pudesse entender também um pouco como é que se daria esse processo, sem que isso inviabilizasse, no futuro, negociações que podem garantir um reajuste maior para o salário mínimo. Hoje, nós vivemos uma situação boa, é verdade. Nós temos aí uma inflação estabilizada, o dólar num patamar que dialoga bem com o salário mínimo, nós temos uma situação confortável, eu diria assim, para poder trazer elementos positivos sobre esse reajuste do salário mínimo, mas, no futuro, nós podemos não ter esta situação. Para concluir, eu queria, nos últimos 10 segundos aqui, dizer aos dirigentes sindicais que nós vamos estar realizando, não sei se o Presidente já falou isso, mas nós vamos estar realizando um conjunto de audiências públicas pelo país, e que vão ser um momento importante; esta Comissão vai estar realizando essas audiências públicas nos estados para refletir com os trabalhadores, também, sobre o salário mínimo, ouvindo outros dirigentes, ouvindo outras entidades, ouvindo outros atores sociais que dialogam sobre o tema do salário mínimo. Eu espero contar, lá, com a presença, em cada um desses estados das Centrais Sindicais, dos seus sindicatos, dos seus filiados, que vocês nos ajudem a realizar essas audiências públicas e fazer um bom debate sobre essa problemática, essa temática do salário mínimo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra, o Deputado Vicentinho.

DEPUTADO VICENTE PAULO DA SILVA (PT-SP): Senhor Jackson Barreto, companheiro Paulo Paim, companheiro Walter Barelli, companheiros daqui das Centrais Sindicais, antes de mais nada, eu queria também prestar a minha mais profunda solidariedade à Central Única dos Trabalhadores pelo ataque que ela sofreu de uma

pessoa que, da Deputada Zulaiê, que fez um pronunciamento destemperado, desrespeitoso e, portanto, ela merece, no mínimo, uma correção porque eu acho que isso não é correto. Ela... Imagine o tamanho do ódio que essa mulher se colocou, em dizer, quando vê uma placa da CUT, dizer que tem que acabar com isso, tem que matar todo mundo, é tudo bandido, é tudo criminoso, tudo não sei o que. Isso é uma coisa absurda, inaceitável. A minha solidariedade, João, eu sei do trabalho que vocês fazem, que a nossa central faz e as outras também. Senhor Presidente, nós estamos aqui, diante das maiores autoridades trabalhistas brasileiras. Deveria ter mais Deputados e Senadores aqui. São 11 Senadores, 11 Deputados. Para mim, essa é a reunião mais importante porque nós estamos lidando--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Muito bem, Deputado.

DEPUTADO VICENTE PAULO DA SILVA (PT-SP): --Com aqueles que representam a todos do nosso país. Então, eu queria chamar atenção para esse aspecto. E segundo, ouvindo os debates, as explicações, em uma delas, em várias falas, os Deputados também falam muito, até das promessas do Governo Lula, de dobrar o salário mínimo e tal. Realmente, esse é um debate que tem que ser feito e eu tomei o cuidado, e nós tomamos o cuidado, de verificar de o que é que dizia o Fernando Henrique Cardoso quando ele foi candidato. E aí consta, expressamente, no programa "Mãos à obra", de Fernando Henrique Cardoso, de 1994, na página 146, a seguinte expressão: "A meta do Governo FHC é fixar, a cada ano, aumentos reais do salário mínimo para dobrar o seu valor atual no quarto ano de Governo. FHC não dobrou seu valor real nem em quatro, nem em 8 anos. Por isso que eu acho que a crítica, ela é válida, mas vale a pena a gente considerar o que nós estamos fazendo hoje, que eu acho que é o mais importante. Muito mais importante do que o salto de qualidade que nós estamos dando, para nós, que somos dirigentes sindicais e que fomos dirigentes sindicais, deveríamos considerar, nem que pese a necessidade de um salário mínimo muito maior, primeiro, não desconhecer que esse reajuste é o maior dos últimos 25 anos; que dá para duplicar quase a compra da Cesta Básica, que tem um efeito na economia do país, que são coisas importantes, embora a gente queira mais. Eu acho até que mais importante do que isto é o fato de as centrais estarem negociando, chegando a um entendimento e uma proposta que chega a esta Casa, através de um acordo, sempre considerar isso, porque isso tem um peso muito grande para a nossa reflexão. Claro que a Comissão pode propor mais, se tiver condição orçamentária e, nesse caso, eu quero dar os parabéns ao Ministro Luiz Marinho, que negociou, que teve paciência, que ouviu a todos, que teve brigas, que nós sabemos, internas, para fazer o Palocci abrir um pouquinho a mão, que não é fácil isso. É a primeira vez que isso ocorre, que o debate sobre o registro da tabela do salário mínimo se deu no Ministério do Trabalho e não lá no Ministério da Fazenda. Então, essas questões, é bom que nós consideremos, para os passos que nós queremos dar, de agora para frente. Esta Comissão, ela tem uma tarefa, na minha opinião, histórica. Primeiro, essa Comissão existe por causa das Centrais Sindicais. As centrais fizeram manifestações e não foi agora, já no ano passado, caminhadas, chuva, acordou para a importância de representar setores que, muitas vezes, nem são representados diretamente pelas centrais. Você vê que, com esse dado que eu peguei agora, do Pegado, aqui falando que 50 e poucos por cento recebem salários mínimos, no Nordeste, significa que muitos [soa a campainha] já são ligados às Centrais Sindicais. Então, de qualquer maneira, a sensibilidade das centrais é uma coisa importante. Como o tempo está se exaurindo, Presidente, só dizer o seguinte: É muito importante que nós consideremos a presença do DIEESE como uma estrutura que nos assessorar nesta Casa. O DIEESE tem a maior autoridade, o maior conhecimento, representa todos os pensamentos das Centrais Sindicais, é capaz, como foi na época da Câmara Setorial, na época das denúncias que o nosso querido Barelli era o grande dirigente, naquele período do DIEESE. Então, eu queria propor, se for possível, à Câmara e ao Senado aprovarem, não sei se é legalmente possível, mas ter o DIEESE, já, como assessoria para esse projeto, Paim, que vai dar um grande salto de qualidade na nossa trajetória de recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo. Lembrando a minha querida Grazziotin que, de fato, se a gente pensar janeiro, seria difícil mobilizar em dezembro. O problema é que a discussão de janeiro não é em dezembro. Deve ser outubro ou setembro, que é a época do orçamento. E, aí, é

uma época boa de produção. É uma época boa de pressionar. Por isso é que é bom de se considerar porque, desse jeito, o salário mínimo nunca é discutido naquele período. Era isso, Presidente, minhas palavras e parabéns a esse caminho que a gente está tomando aqui na Casa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero, agora, passar a palavra ao nosso Deputado Alceu Collares. O Deputado Alceu Collares, eu queria fazer uma, se me permitem aqui, a Mesa e os demais Deputados e Senadores, uma homenagem ao Deputado Alceu Collares. Quando eu cheguei nessa Casa, em 79, no primeiro mandato, num momento difícil da vida do país, a primeira manifestação que eu vi, publicamente, de coragem, contrária à política econômica do Governo, a defesa de um salário mínimo que atendesse às necessidades com produtos da Cesta Básica para o trabalhador, a grande manifestação que eu vi nesta Casa, no plenário da Câmara, foi do Deputado Alceu Collares. V. Exa. é uma das pessoas que me despertaram para essa questão do salário, depois daquela sua grande participação. Eu não pude deixar nunca de registrar esse fato que considero importante à atuação de V. Exa. aqui, nesta Casa. [Palmas] Eu passo a palavra a V. Exa.

DEPUTADO ALCEU COLLARES (PDT-RS): Presidente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): O Ministro Murilo Macedo mandou lembranças à V. Exa.

DEPUTADO ALCEU COLLARES (PDT-RS): Presidente Jackson Barreto, já que está fazendo essa generosidade, porque ele é meu colega de entregador de cartas-- [Risos]

DEPUTADO ALCEU COLLARES (PDT-RS): --Entregador de telegramas, entregador de telegramas. Nós nos encontramos, várias vezes, nessas estradas da existência política. Mas eu queria saudar o Jackson, agradecer a lembrança, ao Paim, ao Barelli e aqui, não vai dizer aqui, os companheiros aqui, se me permitirem, eu faço todo um cumprimento a todos e também aos nossos Deputados, ao Jair Calixto, que também é um grande lutador, é um velho lutador em defesa dos trabalhadores brasileiros. Eu queria também cumprimentar a Comissão porque continua perseverando. Essa Comissão ela é histórica, tradicional. Ela tem anos e anos funcionando, de uma forma ou de outra, mas sempre com a intenção da recuperação do poder de compra do salário mínimo. Eu tive, efetivamente, esse debate que nós fizemos, eu comprei, levei para a tribuna da Câmara dos Deputados uma cesta com o valor que podia comprar o salário mínimo e desafiei o Governo Figueiredo que ele pudesse passar um mês com a família dele com o salário mínimo. Como eles não me responderam, eu tive a audácia de sair dali, atravessar essa Praça dos Três Poderes, e levei para o Ministro Murilo Macedo; ele tinha me concedido uma entrevista, quando cheguei, a entrevista estava cancelada. Aí, cheguei, coloquei todos aqueles saquinhos de arroz, feijão, sal, azeite, e o Chefe de Gabinete: "O Ministro não vai lhe receber" e houve tentativa, inclusive, de cassação, porque era muito desafortada a forma com que eu fiz. O balaio em que eu levei, para lá, para o ministro passar com a família dele o mês inteiro e que eu não estava ofendendo a família, é porque ele tinha sido mal assessorado, por isso ele tinha publicado aquele valor insignificante. Bom, depois disso, aqui, o Paim tem tido uma posição extremamente importante, perseverante, persistente. As centrais todas, não têm nenhuma que não fale do salário mínimo, não há um brasileiro que não fale do salário mínimo porque ele é uma vergonha nacional e um roubo oficializado pelo Governo contra 46 milhões de irmãos nossos. Quando eu falo em salário mínimo, eu peço para as pessoas que estão nos ouvindo, que se coloquem, assim como que na alma, no espírito de alguém que ganha salário mínimo. Como é possível pagar habitação, alimentação, vestuário, higiene, transporte, Previdência, educação, saúde e lazer? E é o salário mínimo para o trabalhador e para a família. O Getúlio criou, na verdade, um salário mínimo para uma pessoa. Depois, a lei ordinária que colocava trabalhador e a família e a Constituição de 88, o trabalhador e a família. Então, eu vejo três pessoas, quatro pessoas ganhando um salário mínimo de 350. Mas, de qualquer forma, eu quero cumprimentá-los por esta extraordinária luta. Mas só dizer também, se os amigos das Centrais me permitirem, nós estamos precisando é de grandes economistas para estudar as razões desta defasagem. Nós estamos... Nós não podemos ficar patinando só no salário mínimo porque, hoje, já

não tem mais eco, não há mais receptividade nas massas o Parlamento discutir o valor do salário mínimo. Você tem que discutir a estrutura do modelo econômico, Jackson. Se não discutir a estrutura do modelo econômico neo-liberal e monetarista, cuja continuidade desavergonhada está sendo dada pelo Lula, nós vamos arrebentar a todos e a ele também. Eu fui o primeiro a fazer um discurso, em 2003, no primeiro semestre, dizendo: "Lula, não nos leve por aí. Isso aí já levou o Fernando de La Rúa, na Argentina a renunciar. Levou o Jacques [inaudível], aquele grande líder do estaleiro só também a andar na rua de bicicleta, ninguém sabe o que ele foi". E o mais perto de nós, capaz de nos permitir uma compreensão mais abrangente, é o Leonel Jospin, do poderosíssimo Partido Socialista do Mitterrand. Todos esses foram rejeitados pelo povo porque, quando chegaram ao poder, em nome da esquerda, foram para a direita, foram para o conservadorismo, foram para o Fundo Monetário Internacional e se entregaram de corpo e alma. E isto é profundamente lamentável. Quando eu estou fazendo um discurso desta natureza, que sempre tem sido o mesmo, quase repetitivo, eu não estou querendo, digamos assim, enfraquecer ou fragilizar ninguém. Ao contrário, nós sempre votamos no Lula, Paim. O Brizola dizia: "Olha, Collares, esse homem é bom. Vem dos confins da miséria, pau-de-arara, rapaz. E chega ao sindicato, o sindicato-modelo, eu tive lá, isso vai ser um colosso". E foi o primeiro a levar para o túmulo a fantástica decepção. A fantástica decepção. Se vocês das centrais não se aprofundarem no problema dos juros, nesse tal de superávit primário, no câmbio, no câmbio, qual é a dívida? Nós tínhamos uma dívida, em 1991, que era de 52 bilhões de dólares. Hoje, é um trilhão. Um trilhão e quinhentos bilhões de reais. Um trilhão Nós pagamos do salário mínimo aí, Barelli, não é? Isso aí. Coisinha de nada. Nós vamos pagar 157 bilhões de juros da dívida fantástica que está corroendo a economia brasileira. E se as centrais, se os trabalhadores não forem para a rua, num só clamor, numa só bandeira, nós vamos ser enterrados vivos. Nós todos, porque, a cada dia que passa, aumenta mais a dívida. Não tem como se pagar isto e nós tínhamos sugerido ao Lula: "Lula, se transforma no grande mestre, no grande líder do século 21, chama aí os credores nacionais e internacionais". "Não. Não vou fazer calote, não vou fazer moratória". Mas tem que renegociar essa dívida, pois disse, em 2003: "Aí, vem o castelhano, o argentino e diz: "Eu não posso pagar. Eu devo 102 bilhões de dólares, mas não posso pagar mais do que 25%". Passaram três anos sem pagar e depois, quando começou a fazer os comprometimentos, era 31%, só, do que ele devia, o que ele está pagando. Tem um Produto Interno Bruto de 9% ao ano. Se nós, as centrais, os trabalhadores, Calixto, pelo amor de Deus, se nós não esvaziarmos uma grande estrutura do novo modelo econômico, nós vamos "baquiar" junto com os trabalhadores do salário mínimo e vamos também nos afundar, na crise, junto com os aposentados e pensionistas. Por isso, eu gostaria só de fazer essas colocações porque todos aqui trazem contribuições. Mas aprofundar... Qual é a razão, qual é a causa, Barelli, de ter um salário mínimo miserável? Qual é a causa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Deputado, o tempo de V. Exa. está terminando.

DEPUTADO ALCEU COLLARES (PDT-RS): É o juro, Doutor, é o juro. Não tem como pagar esse juro. E quem é o Henrique Meirelles? Peça para o Lula reivindicar para você. Vai lá no Lula, dizer: "Lula, de onde é que tu tirastes esse Henrique Meirelles, hein? De onde é que saiu isto?" Pois ele era do PSDB, ele não era do Vicentinho, ele não era do Lula, nem era do Paim, não era companheiro nosso. Quem é que mandou botar isso lá? Quem é que obrigou? E se alguém obrigou, ele entregou a nação, sem dúvida alguma, para ser espoliada, explorada. Queria só fazer esse registro porque, se nós não formos para isso, nós vamos ter outro Presidente. Porque se vier outro, aí, do PSDB, é a mesma coisa. O Brizola dizia assim: "É farinha do mesmo saco, Collares". E os dois estão se aprontando. Se houver a reeleição, a tragédia vai ser igual. Mas se houver um Serra, aí, vai ser igual, vai ser igual, vai ser igual, vai ser igual. Não, tu não podes comparar o pior com o pior. Pelo amor de Deus! Nós somos homens de esperança. Nós não vamos perder a esperança. Agora, não podemos trocar o pior por pior--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Deputado Collares--

DEPUTADO ALCEU COLLARES (PDT-RS): Aquele que não fez nada com o outro que também não fez nada ou que trocou 6 por 60 ou por meia dúzia. Então, pelo amor de Deus, vamos estudar profundamente a estrutura do modelo econômico novo porque esse que está aí vai nos levar a uma revolução social. Quando as massas saírem dos lugares em que estão para vir às ruas cobrar de nós, acho que os Deputados e Senadores vão ser os primeiros porque têm concedido demais para esse modelo econômico.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Vai ser a nova Bastilha, ouviu? Passo a palavra, aqui, ao último orador inscrito. É o Deputado Barelli. E, em seguida, vamos passar a palavra para as centrais fazerem as suas avaliações.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Senhor Presidente, Senador Paim, Deputadas, Deputados. Eu não esqueço o que eu disse uma vez: Que o salário mínimo tinha poucos defensores e era luta praticamente de um dia. Eu fui desmentido quando as Centrais Sindicais organizaram a marcha pelo salário mínimo. E hoje, o Vicentinho, aqui, falou dizendo que esta é uma sessão importantíssima pelo que foi dito e eu digo a mesma coisa. Eu acredito que a gravação que a TV Senado vai colocar no ar deveria ser antológica, de ser repetida em vários auditórios porque nós tivemos aqui depoimentos sólidos. A Deputada Vanessa já falou da maturidade do Movimento Sindical. Eu fico muito satisfeito com o que nós ouvimos aqui hoje e com esse resultado. Então, eu quero, eu acho que o Brasil, com essa classe trabalhadora, com esses dirigentes das centrais, ele pode, neste século, resgatar o que não foi feito no século passado. Obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós não vamos fazer inscrições para as centrais. Nós colocamos a palavra à disposição das centrais para as suas considerações. O Neto, o Antônio Fernando Neto, pediu em primeiro lugar. O Felício, em segundo. O Canindé Pegado, em terceiro. Todos falam. Todos falam.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Suas considerações finais.

SR. ANTÔNIO FERNANDO NETO: Obrigado, Presidente. É mais para dar uma resposta, aqui, para a Deputada Vanessa, quando ela fala as duas questões. Vanessa, não é? A questão da Data Base e a questão do percentual de correção. A questão da Data Base era preponderante porque como o orçamento é feito de janeiro a dezembro e o salário mínimo, diferentemente de categorias, é uma coisa que é instituída por Decreto, então, para nós, a negociação com o "Governo", nós já nos conceituamos aqui--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ANTÔNIO FERNANDO NETO: Perfeito. Mas, antigamente, era um Decreto; todo o primeiro de maio, desde que foi instituído, em 40. Aí, a negociação tem que ser feita, se houver negociação e não for feito aqui um projeto de recuperação constante, que defina como é que ele vai ser, deveria ser feito em setembro, agosto, antes da peça orçamentária. Então, nós já nos preparamos para o próximo ano, ou seja, este ano de 2006, vamos pressionar o Governo, não vai ser para discutir em novembro ou dezembro e sim na peça orçamentária. As centrais já se acordaram nesse sentido. Segundo, é que correção, a Vanessa, Deputada, até lembrou que o partido dela está pensando em alguns... Para nós, é o seguinte: O que está defasado, hoje, no salário mínimo são 360% em relação ao piso que nós achamos que seria o ideal, que é o piso do DIEESE, de R\$1.600,00. Perfeito? Então, nós estamos dizendo assim: "Quantos anos eu preciso levar para recuperar esses 360?" Não é possível você pegar de 360 e jogar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Você tem esperança de acontecer, nessa encarnação, isso?

SR. ANTÔNIO FERNANDO NETO: Claro que tenho. Claro que tenho. [Risos] Eu sou um homem... Se não fosse isso, eu não acreditaria numa porção de coisas que já vi, inclusive, o senhor, como Deputado, criá-lo, como Governador, como Deputado, todos os enfrentamentos que nós fizemos juntos ao longo da nossa história.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ANTÔNIO FERNANDO NETO: Perfeito. Eu já vi a ditadura militar colocar correção de política salarial que o salário, até três salários mínimos, tinha 1,10 da inflação. Era 10% a mais do que a inflação. Eu vi a ditadura fazer isso. Porque que num Governo democrático, popular, nós não vamos conseguir fazer uma correção do salário mínimo mais um percentual X de aumento real para, ao longo de 10, 15 anos, nós recuperarmos? Eu calculei aqui. Se dermos 10% ao ano, de correção real, em 20 anos, a gente não corrige [soa a campainha] a recuperação total. Então, precisa rever. Eu acho que uma média de 10, 12... E o Felício colocou uma coisa muito importante: O ano que a economia for melhor, nós até reajustamos mais, realmente, falando em termos de reajustes reais. Então, essa é a nossa proposta, ouviu, Deputado? No mais, agradecer às colocações de todos os Deputados e Senadores que viram, no acordo que nós fechamos aí com o Governo, um grande avanço, como nós também o vimos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): João Felício.

SR. JOÃO FELÍCIO: Respondendo [inaudível] à pergunta feita pela Vanessa, primeiro é o seguinte: Têm quatro questões, quando se debate orçamento, além de todo o debate sobre investimento, infra-estrutura, a questão social, mas têm quatro questões que lidam com pessoas, com gente, na peça orçamentária, que é o salário mínimo, que lida com a grande maioria da população brasileira. A questão do funcionalismo público federal, que está muito vinculado com a peça orçamentária, qual reajuste será? A questão da tabela do Imposto de Renda, que também precisa ser definida, na peça orçamentária, porque isso mexe com orçamento. E a questão do aposentado, da Previdência. Então, essas quatro questões, nós estamos insistindo muito, nos últimos anos, Vanessa, para que seja debatido quando se elabora o orçamento. Quando se debate o orçamento e quando se vota. E aí, não tem jeito desse debate não ocorrer nos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro. Eu até reconheço isso, eu até reconheço que há determinadas categorias, como a nossa por exemplo, que são de mais difícil mobilização no mês de dezembro. Os professores... Mas a imensa maioria da população brasileira é um pouco diferente. Nós, inclusive, fizemos, não é, Vicente, a marcha do ano passado, superior à marcha do ano anterior. Parece que está criando, já, uma vontade de mobilização. E eu acho que, se a gente começar a mobilização, mais cedo ainda nós podemos colocar milhões de pessoas neste processo. Agora, a antecipação é para evitar o desgaste. Porque nós, hoje, debatemos salário mínimo duas vezes no ano: Quando se debate orçamento e quando ele vai ser pago. Então, você fica praticamente seis meses debatendo o salário mínimo. Então, nós queremos efetivar a mobilização, negociação e o pagamento, a partir de janeiro, do que deixar... Acho que seria uma enorme vitória nessa questão. Por isso que é um dos assuntos que nós pedimos a enorme sensibilidade de vocês, de conduzir um processo que provoque a antecipação da Data Base. A segunda questão, que foi levantada tanto pelo Vicentinho, como pelos vários Deputados, Marco, Deputado Alceu Collares e a Vanessa, é a questão do percentual. Há uma abertura das Centrais Sindicais. Qual vai ser o percentual de aumento real? Tem, concretamente, a questão do PIB. Mas o PIB... Se fosse o PIB chinês [Risos] eu faria um acordo já, mas vocês sabem como é que é o crescimento. Há anos que o crescimento é cinco, 6%. Outro ano cai para dois. Se for assim, é uma incerteza. Nós preferiríamos muito trabalhar com a inflação, o PIB e mais um *plus*. O *plus* que nós topamos debater, o que seria esse *plus*? Pode ser essa alternativa apresentada pela Vanessa, pode ser média dos últimos anos; há uma disposição das Centrais Sindicais para que tenhamos um processo de negociação e que vire lei e com abertura que, num determinado ano, possamos ter mais. Então, não tem sectarismo da nossa parte. Eu acho que tem... Nós sabemos perfeitamente bem para que se recupere o poder de compra do salário mínimo é um prazo a curto, médio e longo prazo. Nós temos clareza disso. Enganam-se aqueles que acham que... Aliás, pelego, gente. Pelego gosta de reivindicar muito. Tinha um famoso pelego, no meu Estado, ele sacava um determinado percentual, mas ele não tinha responsabilidade nenhuma porque ele sabia que não ia conquistar mesmo. Também não ia mobilizar, também não ia fazer nada. Então, tanto faz, quem faz assim, pode reivindicar qualquer coisa, 200%, 300% e tal. Nós temos uma outra estratégia que é o processo de fortalecimento, inclusive, das organizações sociais no processo de discussão e esse retrocesso não pode ocorrer no país. Não importa quem

venha no futuro. Foi muito bem reforçado pelo Marco, pelo Vicentinho e por todos os Deputados aqui, o processo de participação nossa porque, aí, você inaugura uma nova fase de discussão no país. Porque é que na iniciativa privada nós negociamos, nós participamos, nós temos Data Base, nós somos chamados? É lei. Nós queremos também ter o direito de negociação com o Poder Público no salário mínimo, no reajuste do servidor, tanto federal como estadual como municipal, nos aposentados. E a questão da tabela porque isso envolve, envolve poder, envolve dinheiro no bolso, envolvem pessoas. Portanto, as Centrais Sindicais têm legitimidade para que isso ocorra. Nós representamos milhões e milhões de pessoas nesse país e nós temos condições de fazer. E quero encerrar, dizendo para o Deputado Alceu Collares que tem sim, ouviu, Deputado, uma enorme preocupação nossa, das Centrais Sindicais, quanto à macroeconomia. E aqui não tem divergência entre nós. Nós achamos que o que segura a economia são juros altos. É um superávit muito elevado. 4,84% é muito alto esse percentual. Isso provoca sangria no orçamento público. Um país como o Brasil, pobre do jeito que ele é, carente de recursos para as mais variadas áreas, área social, infra-estrutura e agora em salário mínimo. É muita coisa 4,84. Devia ter um superávit menor--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOÃO FELÍCIO: É possível que até hoje seja...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOÃO FELÍCIO: E a questão do câmbio? A questão do câmbio, eu não sou economista, mas todos nós somos obrigados a ler, como dirigentes sindicais, muito. O câmbio é monitorado. Ele não pode ser de acordo com o que o mercado estipula. Nos outros países--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senhor Felício, o tempo de Vossa Senhoria está--

SR. JOÃO FELÍCIO: Então, tem preocupação nossa, tem posição política das Centrais Sindicais. E agradecer o espaço concedido aqui--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): A palavra ao Canindé Pegado.

SR. CANINDÉ PEGADO: Obrigado, Presidente. Bom, nós fomos criticados durante essa negociação, por quê? O que as Centrais Sindicais, enquanto representantes de grupos de trabalhadores organizados, tem a ver com a questão do salário mínimo? Tem muito a ver, Vicentinho. Tem muito a ver, pelo seguinte: Porque, como já foi mencionado, na hora que nós temos um salário mínimo razoável, melhorado, reajustado dignamente, evidentemente que os pisos salariais das categorias organizadas tendem também a se elevar. Então, nós estamos, agora, as centrais, de dois anos atrás para cá, neste contexto, coisa que não aconteceria anteriormente. Nós vimos aqui alguma audiência pública e não tinha esse tipo de resultado que nós temos, que é um protocolo de intenções com três decisões importantes. 1) Fixamos o valor do salário mínimo; Trouxemos para fevereiro; Reajustamos a tabela do Imposto de Renda, progressiva das pessoas físicas, em 8% e foram criados, justamente, os mecanismos para discutir o fortalecimento do salário mínimo. Se alguém tem um documento desses, em situações anteriores, eu diria que não valeu de nada. Apenas que a gente copiou. Agora, duvido que tenha. Este é um documento sim, histórico. E por isso que nós temos que valorizar as nossas negociações, durante esse período, para discutir a questão da recuperação do salário mínimo e também a correção da tabela progressiva do Imposto de Renda. Segundo aspecto, aqui, é como as centrais perceberam essa negociação, Deputado? Eu diria justamente o seguinte, com um entusiasmo muito grande, porque depois que foram criadas, depois que chegamos, fechamos essas discussões. Você vê aqui estabelecidos, pelo menos três mecanismos de discussão sobre o salário mínimo hoje. Você tem a Comissão Quadripartite, no âmbito do Ministério do Trabalho, que estava parada, volta a funcionar já, agora, este mês, já começou a ser convocado o nosso pessoal, as Centrais Sindicais. Segunda, essa Comissão Mista aqui, importante, com passos importantes, fundamentais, ouvimos atores sociais envolvidos no processo. E o terceiro, o Ministério da Previdência também está convocado a discutir a questão da recuperação dos outros benefícios previdenciários. Então, têm três situações em que nós, enquanto atores

sociais, estamos envolvidos diretamente. Finalizando, Deputado, quero dizer aqui ao meu amigo Vicentinho, conterrâneo, companheiro, sobre a questão do salário mínimo na nossa região. Ocorre o seguinte, Vicentinho, se considerar que o salário mínimo constitucional, em torno de um mil e seiscentos, mil seiscentos e sete e onze centavos, que seria para sobrevivência digna do trabalhador e sua família, se considerar esse ponto aí, e eu, percebendo que, no Nordeste, para quem ganha até dois salários mínimos, ou seja, R\$700,00, é 83% daquela população ativa, 83%. Olha só, eu faço estimativa aqui, Deputado Alceu Collares, que nem 5% da população do Nordeste ganha o salário mínimo vital para a sobrevivência, ou seja, nós somos um país de pobres mesmo. E, como sendo um país de pobres, nós temos que ir à luz daquilo que é possível, é permitido e temos capacidade de chegar a negociar. Conclusão, dizendo o seguinte: O papel do Movimento Sindical é este, Deputado Alceu Collares: É negociar, se não for para fazer isto, não deve existir sindicato. Essa é a nossa situação, é a nossa condição. Sindicato existe para negociar e não para ficar em cima do muro e nós fizemos a nossa negociação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra, o senhor Moacir Roberto, da CCT.

SR. MOACIR ROBERTO: Senhor Presidente, eu gostaria, nas nossas colocações finais, agradecer a oportunidade, mais uma vez, parabenizar esta Comissão por ser uma Comissão que está discutindo com todo o Movimento Sindical, sem a discriminação das confederações, que é um papel importante, dentro do Movimento Sindical, de outras entidades, outras centrais, as quais foram discriminadas na discussão do salário mínimo. Parabenizo, diz que isso é importante, esta questão. Parabenizar também o companheiro Walter Barelli, o homem do DIEESE, em que passou no nosso DIEESE, órgão importante, reconhecido, passou por todos os Governos mais difíceis que nós tivemos no passado e eles não concordavam com os índices, mas eles respeitavam. Isso é importante no Movimento Sindical, importante para o povo. E também o nosso homem do salário mínimo, Paulo Paim, o homem da dignidade, homem de respeito ao idoso e que sempre trabalhou, foi a base da sua vida, e que mudou da Câmara para o Senado e nunca mudou seu posicionamento. Atingimos os 100 dólares, mas a luta continua para que possamos dar melhores condições ao povo brasileiro. Lamento e volto a lamentar, é que o nosso Presidente tinha um compromisso com a população, de melhorar a questão do salário mínimo. Conforme fiz na primeira colocação nossa, nós acreditamos nisso. Ele perdeu a primeira oportunidade de reajustar o salário mínimo; segunda, a terceira e a quarta. O Congresso Nacional está procurando meios para conseguir colocar esse trem no trilho. Espero que nós tenhamos essa luz, a facilidade e a compreensão [soa a campainha] de todos para que consigamos. Finalmente, gostaria de dizer que os aposentados através da FAPESP continuam reivindicando a participação dela na questão da negociação dos trabalhadores, do salário mínimo. E nós temos eleição esse ano. Nós temos que tomar uma grande preocupação, uma grande, assim, muita preocupação em quem nós vamos votar, porque nós vamos ter, novamente, falsas promessas e vamos ter falsos profetas para resolver a situação do povo brasileiro. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu passo a palavra à última central, José Calixto Ramos, Presidente da NCST, Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Isso, isso, isso. A mais nova mesmo. Uma criança ainda. Mas sobre a—

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Desculpe.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: --Preocupação da Deputada Vanessa, os colegas já falaram aqui ao meu lado, a Data Base, não implicaria nenhuma dificuldade para o Movimento Sindical, retroceder a Data Base para janeiro. Não implicaria nenhum problema, se mobiliza da mesma forma. E eu acho que, em qualquer época, pode ser final de ano, pode ser Carnaval, pode ser Semana Santa etc, a reivindicar, a turma reivindica mesmo. Não há problema nenhum. Quando se fala em aumento de salário mínimo, fala sempre em quebrar a Previdência Social. É o que vem automaticamente. E, evidentemente, os estados que não podem pagar, as prefeituras, muito menos. Então, vem aqui, no ano de 2000, o Tribunal de Contas da União publicou uma matéria, aliás,

um relatório, dizendo que, dos 82 bilhões recolhidos da CPMF, da Comissão Sobre o Lucro Líquido e da COFINS, que eram dirigidos à Previdência Social, diz lá o relatório, menos da metade foi encaminhado para a Previdência. E o restante foi para o Tesouro, exatamente para o superávit primário. Quer dizer, então, se você considera o INSS, apenas a contribuição para ele, poderá haver déficit. Agora, se você considera a Seguridade Social, aí, já ficou comprovado que não há déficit. Com relação aos estados, o Rio Grande do Sul, me parece, que vai ficar atrás porque o Paraná, o Governador acabou de aprovar, aliás, exatamente do Governador, um salário mínimo de R\$437,00. Vai depender, agora, de a Câmara aprovar, vai depender de a Câmara aprovar [soa a campainha] Pois é--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Eu não sei [Risos], mas é o Governador que já disse à população que o salário mínimo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Então, agora ele está comprometido da mesma forma que o Presidente Lula ficou comprometido. Pelo menos isso. Muito bem. Então, eu diria que, como eu disse no início, essa Comissão, na verdade, ela tem uma importância fundamental. E tudo indica que ela marcha para a progressão, para o estudo e progressão do salário mínimo. Acho também, por último, que foi feita Justiça ao nobre Deputado Alceu Collares, que trocou meu nome de José Calixto para Evanildo Calixto, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. [Risos]

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Muito bem. Muito bem. [Risos] Porque eu conheço, eu conheço o Deputado, nós nos conhecemos há cerca de 70 anos, não é, Deputado? E ele sempre trabalhou. 75, não é? E ele sempre foi um baluarte na defesa do salário mínimo. Então, eu agradeço a oportunidade. Espero que continuem chamando as entidades que, num primeiro momento, elas não participaram e nós fazemos questão de estar, juntamente com os demais companheiros, trabalhando em defesa desse processo. Evidentemente, que nós dissemos também, no nosso documento, se não houver uma política de desenvolvimento da economia, o salário mínimo também nunca prosperará. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Palavra ao senhor Erledes Elias da Silveira, representante da CAT, a Central Autônoma de Trabalhadores.

SR. ERLEDES ELIAS DA SILVEIRA: Então, é só na fala da companheira, Deputada, Vanessa, nós entendemos, sim, que essa valorização do salário mínimo, ela, além de apresentar um grande potencial distributivo, ela é uma variável importantíssima para a alavancagem da economia e desenvolvimento. Nós entendemos isso, por quê? Porque, à medida que você dá maior poder de compra para os trabalhadores, essa grande massa, e nós vimos, isso representa até dois salários mínimos, 60% dessa massa produtiva, você vai estar aquecendo o mercado consumidor. E, tendo como consequência a geração de demanda para o setor produtivo da economia. Portanto, eu acho que essa Comissão, ela tem um papel que vai muito além da discussão do salário mínimo, porque ela está intrinsecamente ligada a essas questões econômicas e sociais. Essa iniciativa da instalação da Comissão, eu quero entender, que dá um início a um novo formato no processo de discussão político-sindical do nosso país. É essa a visão que a gente tem. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós vamos passar a palavra agora ao Relator da Comissão, Senador Paulo Paim, para suas considerações.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Presidente, Deputado Jackson Barreto, nosso Vice-Presidente, companheiro Walter Barelli, todas as Centrais Sindicais aqui presentes. Meus companheiros, Deputados Federais e Senadores, eu também, de pronto, gostaria primeiro de agradecer a todas as centrais aqui presentes e também o representante, embora não se intitule uma central do coordenador das

confederações, que não são filiadas, da minha satisfação. Eu confesso a vocês que, num primeiro momento, vocês lembram, disseram para mim o seguinte: "Paim, liga um por um porque nem todos virão". Eu liguei. E a alegria minha foi porque cada um que eu liguei, de pronto, a resposta foi: "Estarei lá na quinta-feira". Então, eu fico assim muito satisfeito desse momento bonito, como foi dito aqui, da nossa história. Essa unidade do Movimento Sindical em cima dessa grande causa que é o salário mínimo, eu sou obrigado, eu disse, de público e disse a ele aqui, baixinho, que antes de eu chegar aqui no Congresso Nacional, sem sombra de dúvida, o Collares e o Barreto, nosso companheiro Jackson Barreto, contou essa história, levou sempre essa bandeira. O Collares sai, vai ser Governador, enfim, outras missões, e eu acabei ocupando esse espaço. Eu ocupei espaço junto com outros companheiros e sempre apoiado pelo conjunto do Movimento Sindical. Então, eu diria que inúmeros Deputados e Senadores tiveram, nessa caminhada, ao longo desses anos, mas eu acho que o momento mais bonito é esse. Não é aquilo que passou, é esse momento em que o conjunto, que o Movimento Sindical está junto, interagindo junto ao Poder Executivo, conversando com os ministros, com o Presidente e quando o Congresso chama, aqui está o Movimento Sindical, aqui vem para fazer o bom debate, sobre um tema que é tão grato a todos nós. Então, acho que todos nós estamos de parabéns, sem sombra de dúvida. Eu queria também dizer a vocês, nós pretendemos viajar um pouco pelo país, não só nas capitais, e gostaríamos muito de contar com o apoio do Movimento Sindical nesse bom debate lá nos estados e que o Movimento Sindical decida se vai ser no Rio Grande do Sul, por exemplo, se não vai ser em Porto Alegre, vai ser aonde? Lá na Matias, em Canoas? Bom, o movimento no estado e os Deputados e Senadores que decidam. Vai ser na Assembléia Legislativa num certo estado. A primeira, agora, se eu não me engano, é em abril, em Curitiba. Está uma dúvida se será na Assembléia ou no interior. Mas esse debate, para nós é muito bom, até para nós, Deputados e Senadores, a gente sai aqui do fórum do Congresso Nacional e vai lá. Lá, como é que a gente chama, no sindicato? Lá no chão das fábricas, não é isso? No chão de fábrica. Está lá em contato direto com essa realidade. Isso é uma questão, tem uma agenda longa que nós vamos passar também para vocês. Eu não vejo problema nenhum, inclusive, e quero deixar no ar essa proposta, que não é uma proposta, é uma sugestão, da gente, de vez em quando, quem sabe ter até reuniões conjuntas da Comissão nossa com a Comissão do Executivo? Por que não fazer um único debate, numa grande audiência pública, num estado. Estão lá as duas Comissões mostrando compromisso porque alguns temiam que nós íamos transformar o debate da política permanente do salário mínimo num debate eleitoral, visando às eleições. E não é isso que está acontecendo. Quem viu aqui, não é. O debate, aqui, é construtivo. Todos nós queremos construir uma política permanente de recuperação do salário mínimo. A segunda questão, que move muito essa Comissão, de fato, é a situação dos aposentados e pensionistas. É gravíssima a situação dos nossos companheiros. Eu quero apenas dar um enfoque na seguinte linha: Enganam-se aqueles que pensam que quando a gente quer debater a situação dos aposentados e pensionistas, que nós estamos pensando somente nos nove milhões que estão acima do salário mínimo. Não é verdade. Não é verdade isso. O que eu quero dizer com isso? Nós estamos pensando no conjunto dos trabalhadores desse país. Por quê? Temos um problema grave que se chama fator previdenciário. Nós tínhamos que fazer um grande movimento por mim, por mim, para derrubar o fator previdenciário. Eu acho que tinha que se fazer um grande movimento, por mim, para derrubar o fator previdenciário. Mas isso é algo que o Movimento Sindical vai ter que discutir, a longo prazo. Mas por que eu digo isso? Porque o companheiro que está na fábrica, hoje, e que não ganha o salário mínimo, que ganha dois, três, quatro salários mínimos, quando ele vai se aposentar, ele pode saber que ele vai receber 70% daquilo que ele recebia de forma direta, só no cálculo; se ele recebia dois mil, ele pode saber que ele vai se aposentar em torno, aí, de mil e quatrocentos, de mil e quinhentos; "de cara", ele perde a participação dos acordos coletivos ou de dissídio coletivo. Se ele tinha, lá, auxílio-transporte, alimentação, remédio, faculdade, família, enfim, dançou tudo. Então, esse companheiro, quando se aposenta, ele passa a ter, eu diria, de forma resumida, se ele recebia três mil, ele vai receber em torno de 60% do que ele estava recebendo. 60%. Pois bem. Ele arranca assim já. Quando vierem os reajustes dos salários mínimos e os reajustes forem, digamos, vamos pegar a última década, só para não ficar em Governo nenhum, eu vou

usar uma década como símbolo e se ele receber a metade do percentual dado ou mínimo ou 1/3, não tenham dúvidas. Eu falava em 10 anos. Eu tive um cálculo que o Movimento dos Aposentados me passou. Não vai a oito anos, todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência vão receber somente um seguro social de um salário mínimo. E não é culpa desse ou daquele Governo. É uma realidade que está aí e que nós vamos ter que enfrentar isso. Por isso que, na semana que vem, o debate é com os empresários, mas na outra semana, o debate é com os aposentados. E virão aqui os representantes dos aposentados, conforme nós já consultamos, virá a COBAP, virá o MOSAP, que fala pelos servidores, já que os prefeitos batem tanto no reajuste dos servidores dos municípios; virá o Sindicato Nacional da CUT, virá o Sindicato Nacional da Força Sindical e, se tiverem outros sindicais de caráter nacional, serão convidados, não tenham nenhuma dúvida, para nós fazermos um bom debate sobre essa situação. Eu confesso a vocês que me são simpáticas duas teses, duas teses que eu vou falar, rapidamente, aqui para vocês. Duas teses. Mas o meu relatório, primeiro, será o relatório de nós três. Não será o meu relatório para apresentar à Comissão. Segundo, será o relatório da Comissão. Terceiro, se depender de nós, eu quero ter essa liberdade, esse relatório que a Comissão vai debater será também apresentado às centrais Sindicais para ver se elas concordam com essa linha, que não foi dito muito bem aqui, é essa ligação com o movimento social é que dirige, no fundo nossas vidas. Quem seríamos nós sem o movimento social localizado a dar sustentação a esse debate bonito que está acontecendo? Nenhum. Calcule se você não tivesse vindo aqui hoje? Desmoralizaria uma Comissão do Salário Mínimo do Congresso Nacional, que eu sei que vocês nunca fariam isso. Mas quais são os dois veios, que eu acho, do debate, que eu quero levantar para o debate? Por que é que eu falo na questão do PIB? Se o PIB cresce, em tese, o país ficou mais rico. Por que não olhar para os mais pobres? Nós apresentamos um projeto para o debate. Não é que tinha que ser essa a proposta. Há mais ou menos quatro anos atrás, se o Governo Lula, que eu sou da base do Governo Lula, tivesse aplicado a inflação mais o dobro do PIB, o salário mínimo, em primeiro de maio do ano que vem, seria R\$400,00. Sei que, num primeiro momento da economia, tinha lógica, no meu entendimento até... Mas Paim, como é que vamos mudar a inflação ao dobro do PIB, se a gente não sabe nem qual PIB que será? Muito bem. Mas, nos últimos dois anos, foi uma conquista do movimento. A mobilização do movimento social, se vocês analisarem e que foi um aumento e eu tenho aqui os dados de ano a ano, como é que foi... Então, ninguém... Não dá para fazer muita política em cima disso, que eu tenho aqui de cada ano, do Governo Collor, do Governo Fernando Henrique, do Governo Lula, do Governo Itamar, do Governo Sarney, exatamente, o que é o salário mínimo, em valor real. Claro que os dois maiores salários mínimos, pega Getúlio e, depois, Juscelino, um pouco mais. Mas tem tudo na tabela porque isso nós vamos ter que debater de forma franca e tranqüila e sabendo que não é luta política em cima do fato, mas se nós conseguíssemos, no eixo que vocês estão falando. Claro que é sugestão ao debate ainda se aprovássemos uma política permanente de [inaudível] do salário mínimo, conforme a inflação e o dobro do PIB, se o PIB foi 1% bom é porque o país foi mal. Todos nós vamos ver, é uma realidade. O PIB foi um, o aumento real é dois; o país foi bem e eu tenho aqui uma tabela que mostra isso. O PIB cresceu 10%, o aumento real seria 20%. Essa tabela aqui é simbólica. Eu fiz uma anotação aqui. Se pegarmos de 1940 a só 2001, um PIB teve um crescimento de 505%. E sabe quanto o salário mínimo? Teve uma redução de 70%. O salário mínimo caiu ao longo desses 61 anos, 70% do seu valor, enquanto que o PIB teve um crescimento de 505. Então, o PIB é uma referência. Eu estou entendendo a posição das Centrais, de muitos aqui. É uma referência para o debate. Não que tenha que ser esta. Pode ser uma Cesta Básica, pode ser uma cesta de índice. Eu acho que nós podemos construir uma grande proposta em cima desse debate. Eu diria para vocês, eu disse outro dia, vou repetir aqui, agora. Se essa Comissão Especial, da qual o Movimento Sindical faz parte, no meu entendimento, vocês são agentes ativos e diretos dessa Comissão, se nós conseguirmos, nesse ano, nesse ano, aprovarmos uma política permanente de recuperação do salário mínimo, que não tem que ser essa aqui; essa aqui é só uma sugestão para o debate, eu acho que nós entramos para a história. Eu posso, depois desse mandato como Senador me sentir gratificado e, quem sabe, voltar para o Movimento Sindical, que é um berço natural de onde eu vim. Então, eu acho que esse grande debate para mim, eu confesso a vocês que eu estou apaixonado por esse debate.

Não por essa proposta que eu falei não. Porque essa é uma sugestão. A sociedade, o debate é que vai construir a melhor proposta, mas de uma política permanente do salário mínimo e aquela história que foi dita da Data Base. E, acima disso, o Movimento Sindical vai brigar, vai negociar se o dobro do PIB é pouco; vamos brigar agora por um aumento real, baseado na circunstância daquele momento da história. O outro, uma outra questão que eu quero deixar para o debate, são os encargos sobre a folha de pagamento. E por que isso? É a última frase que eu vou usar agora e, aí, eu vou concluir. Veja bem, se nós pegarmos sobre a folha de pagamento a contribuição de empregado e empregador, dá em torno de 33%, mais ou menos, eu estou pegando. Se pegarmos os outros encargos que vão para a Previdência, que vão também para a Previdência, do COFINS, e outros que vão para a Previdência, não estou nem falando em Seguridade, mas vamos chegar, no mínimo, a 35, a 40%. Se nós, num debate, claro, muito bem aprofundado e discutido com os técnicos, chegarmos no entendimento seguinte: "Empregado não contribui mais com a folha de Previdência e empregador não contribui mais para a Previdência sobre a folha". Deixar bem claro, sobre a folha. E conseguirmos, claro que isso é uma proposta que tem que ser muito bem aprofundada, jogar para o faturamento um percentual que entendemos, via cálculos atuariais, adequado, se são cinco, ou são 10, não sei, se são dois, se são um ou são oito, eu não sei, um índice único. Bom, esse aqui é para a Previdência, esse vai ser para sustentar a Previdência. Esse debate de aliviar a folha e aí eu vou dar a última frase: Banqueiro não é aquilo que... Eu não sou contra banqueiro. Tem que ter banco também. Como é que não vai ter? Mas vamos ver qual é o compromisso social também dos banqueiros. Eu diria o seguinte: Banqueiro, ele emprega 100 trabalhadores, vou dar só como exemplo. Ele emprega 100 e lucra 1000, como exemplo. O empresário que emprega 1000, lucra 100. Então, é justo que quem mais empregue, pague menos que aquele que vai pagar sobre o faturamento. E o banqueiro que lucra muito e emprega muito pouco ou quase nada, Sindicato dos Bancários que o digam, que cada dia desaparece o número de trabalhadores nos bancos, e entra a máquina, eu nem vou entrar aqui no discurso da robótica, da cibernética, enfim, é uma realidade. Então, nós, eu fui Constituinte de 86 para 88, nós sabíamos que a tendência era essa: Cair a folha e a Previdência. Por isso, botamos lá mais quatro, cinco rubricas de arrecadação para a Previdência e, por isso, vocês têm razão quando dizem que a seguridade, em si, é superavitária. Aí, a forma de destinação das verbas é que dá problema. Eu deixo esses dois pontos para o debate. Eu quero dizer que não é nem convicção minha. Eu quero que seja uma convicção nossa. Não dessas duas, de tantas outras propostas. Pode ser que no debate que a gente faça de uma forma coletiva nós cheguemos à conclusão que não é esse nem esse; o ideal é isso aqui. E eu, com certeza, quero assinar embaixo desse relatório que nós haveríamos de construir juntos. Em resumo, meus cumprimentos ao Movimento Sindical. Quero dizer que eu sempre tenho orgulho em dizer que eu sou filho do Movimento Sindical. Cheguei ao Senado devendo muito, muito, muito ao Movimento Sindical brasileiro, pela forma e, se me permitem dizer aqui, eu diria que todas as centrais que estão aqui assinaram um documento para que eu chegasse aqui. Eu quero dar esse agradecimento de público. Todas assinaram. Nenhuma que esteve aqui hoje deixou de assinar. Enfim, é isso. Muito obrigado, desculpe um pouco eu falar mais, quase [inaudível]. Um abraço a todos vocês. [Palmas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Diz para o Marcos... Diz para o Marquinhos, aqui de Canoas, que as primeiras eleições tuas, nós fomos com o Araújo te ajudar.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza, estava lá em Canoas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu passo a palavra, de forma especial, e isto é regimental, ao senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senhor Presidente, eu vou respeitar, parece que está sendo terminado. Só queria cumprimentar a Comissão e, sobretudo, este diálogo com os Presidentes das Centrais Sindicais. Haverá oportunidade para outro dia, já que estamos concluindo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Muito obrigado. Agradecendo a presença de todas as Centrais Sindicais, declaro encerrada a 5ª reunião da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, convocando para o dia 14 de fevereiro,

terça-feira, às 14 horas, onde contaremos com a presença de representantes das entidades patronais. Muito obrigado aos senhores e às senhoras. Nós queremos convidar aqui...

Sessão encerrada às 13h33